

Secretaria de Defesa  
e Proteção Social



**SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA**

**Processo:** 2017/17010/000003

**Data do Processo :** 03/01/2017

**Interessado:** ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO  
SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA

**Assunto:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2016 DA  
UG - 170.100 - SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA



V. 15



## 5. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 5.1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão é parte integrante da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Cidadania e Justiça no qual tem como prioridade a valorização do ser humano e a transparência da gestão pública.

Tem por finalidade e diretrizes o desenvolvimento de ações na articulação e implementação de políticas voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos, dando especial atenção às garantias constitucionais, a ordem jurídica, o respeito aos direitos políticos, da cidadania, dos portadores de deficiência, da mulher, do índio, das minorias, dos direitos dos consumidores, dos direitos da criança e do adolescente, das políticas do sistema penitenciário e prisional, o monitoramento da execução penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e penitenciária do Estado, as políticas relacionadas aos afrodescendentes e igualdade racial.

A articulação com: o Poder Legislativo; o Poder Judiciário; o Ministério Público; a Defensoria Pública; bem como os demais segmentos organizados e as lideranças sociais/comunitárias auxiliaram na execução das ações visando à evolução e o bem-estar da população que está relacionada às políticas que norteiam os princípios da SECIJU.

No ano de 2016 a Secretaria de Cidadania e Justiça exerceu o papel de levar cidadania às populações mais vulneráveis do Estado. As ações foram realizadas através de sua estrutura operacional, no sentido de dar apoio a população e ampliar o acesso às pessoas mais excluídas. Exemplo disso são os elevados números de pessoas com ausência de documentação civil básica, fator determinante para que a pessoa possa usufruir dos direitos mínimos como ser humano para inserção social, tornando-se cidadão de fato e direitos.

Com caráter extremamente abrangente e complexo, as atividades da Secretaria de Cidadania e Justiça têm merecido destaque nas estruturas operacionais do Governo do Estado do Tocantins, cujo objetivo é “Defender os direitos, proteger a sociedade” e levar cidadania aos desfavorecidos.

Cumpramos ressaltar nestas palavras iniciais que os programas e projetos executados pela Secretaria de Cidadania e Justiça na realidade, vão muito além de



simples números e relatórios apresentados, pois não se consegue mensurar a vulnerabilidade e o reconhecimento das fraquezas de certos grupos da sociedade, haja vista a velocidade em que se movimenta a sociedade.

Neste entendimento, buscando minimizar nossos erros, comungamos do pensamento de Aristóteles: *“a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”*.

### **5.1.1 PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA**

Unidade Orçamentária: Secretaria de Defesa e Proteção Social - SEDPS (17010) Programa: 1113 - Manutenção da Secretaria de Defesa e Proteção. Composto pelas seguintes ações: 2231 - Manutenção de Recursos Humanos; 2190 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais; 2280 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2256 - Manutenção de Serviços de Informática.

Secretaria de Defesa e Proteção Social - SEDPS (17010) Programa: 1153 - Infraestrutura pública. Composto pelas seguintes ações: 1007 - Ampliação e modernização do sistema socioeducativo; 2008 - Aparelhamento e manutenção das unidades prisionais; 1011 - Apoio no desenvolvimento do SIPIA-SINASE e CT; 1026 - Construção e manutenção do centro de referencia em direitos humanos e 1030 - Construção, reforma e adequação física de unidades prisionais e casa de albergado.

Secretaria de Defesa e Proteção Social - SEDPS (17010) Programa: 1160 - Segurança Cidadã. Composto pelas seguintes ações: 2026 - Capacitação continua e manutenção da escola dos servidores Penitenciários; 1021 - Concurso público para servidores do sistema penitenciário, prisional e socioeducativo; 2130 - Política de assistência as pessoas privadas de liberdade e egressos; 2126 - Operacionalização e alimentação das unidades do sistema penitenciário e prisional; 2125 - Núcleo de apoio ao sistema penitenciário; 2085 - Implementação da política de atendimento socioeducativo; 2066 - Formação, qualificação profissional e empregabilidade para pessoas privadas de liberdade; 2040 - Criação e gerenciamento das centrais de alternativas penais e monitoramento eletrônico; 2023 - Atendimento continuado das medidas socioeducativas e 1055 - Implantação e subvenção da fundação nova vida.

Secretaria de Defesa e Proteção Social - SEDPS (17010) Programa: 1164 - Direitos Humanos. Composto pelas seguintes ações: 1006 - Ampliação dos mecanismos de dialogo, a transparência e a participação social; 2013 - Apoio ao CEDIM -



Fortalecimento dos direitos das mulheres; 2025 - Balcão da cidadania; 2041 - Criação e implantação do fundo de apoio aos direitos das mulheres; 2067 - Fortalecimento da casa da mulher brasileira e unidades de atendimento a mulher; 2072 - Fortalecimento das ações viva mulher; 2079 - Fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais e da rede promoção de direitos humanos; 1058 - Implementação da política estadual dos direitos da criança e do adolescente; 2087 - Implementação da política estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos; 2131 - Produção e disseminação de conhecimento para promoção, prot.e defesa dos direitos humanos e 2152 - Realização de atividades sobre os direitos humanos.

Unidade Orçamentária: Fundo para a Criança, o Adolescente e o Jovem (18670) Programa: 1160 - Justiça Cidadã. Composto pela seguinte ação: 4058 - Formação de servidores do sistema socioeducativo.

Unidade Orçamentária: Fundo para a Criança, o Adolescente e o Jovem (18670) Programa: 1164 - Direitos Humanos. Composto pelas seguintes ações: 3049 - Proteção e promoção da política dos direitos da criança e do adolescente e 4075 - Fortalecimento dos conselhos estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente.

Unidade Orçamentária: Fundo Estadual Sobre Drogas (18910) Programa: 1153 - Infraestrutura pública. Composto pela seguinte ação: 3035 - Implantação do núcleo de atendimento ao dependente químico e familiares.

Unidade Orçamentária: Fundo Estadual Sobre Drogas (18910) Programa: 1164 - Direitos Humanos. Composto pela seguinte ação: 4063 - Fortalecimento da política estadual sobre drogas.

Unidade Orçamentária: Fundo Estadual Sobre Drogas (18910) Programa: 1160 - Segurança Cidadã. Composto pela seguinte ação: 4007 - Atendimento aos dependentes de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

Unidade Orçamentária: Fundo para as Relações de Consumo (18370) Programa: 1164 - Direitos Humanos. Composto pelas seguintes ações: 4068 - Fortalecimento das ações de defesa do consumidor; 3030 - Implantação de núcleos regionais de atendimento do PROCON e 4104 - Manutenção dos núcleos de atendimento.



Unidade Orçamentária: Fundo para as Relações de Consumo (18370)  
Programa: 1160 - Segurança Cidadã. Composto pela seguinte ação: 4011 - Capacitação de servidores do PROCON.

Unidade Orçamentária: Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres (18810)  
Programa: Direitos das Mulheres. Não foram alocadas ações ou recursos, neste fundo.

## 5.2 - BASE LEGAL

A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Tocantins foi instituída pela Lei nº 2.461, de 07/07/2011, sendo alterado seu nome e estrutura organizacional pela Lei nº 2.734, de 04 de julho de 2013 passando a se denominar **Secretaria de Defesa Social - SEDS**, cabendo-lhe a promoção e a defesa dos direitos humanos, a política judiciária, o monitoramento da execução penal, a administração das atividades relacionadas à política criminal e penitenciária do Estado, a defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, a articulação com os outros poderes do Estado e com os segmentos organizados e as lideranças sociais e comunitárias, a promoção do relacionamento com a sociedade civil organizada que de fato é quem tem mais interesse que as políticas tanto de prevenção quanto de benefícios realmente aconteçam.

Em 2015, através da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, sofre outra alteração, passando a ser conhecida por: Secretaria de Defesa e Proteção Social. Contudo a partir da Medida Provisória nº 03, de 27 de janeiro de 2016, Diário Oficial nº 4.548 recebe o nome de Secretaria de Cidadania e Justiça, consolidando seu nome a partir da Lei nº 3.190, de 22 de fevereiro de 2017.

## 5.3 MISSÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

### Missão

A Secretaria de Cidadania e Justiça tem como missão “Elaborar, coordenar e executar políticas públicas de promoção dos direitos humanos assegurando a defesa e a proteção social”.

### Visão



Ser referência nacional na gestão e execução das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos humanos

Valores

Respeito ao cidadão, compromisso com a democracia, responsabilidade social, ética e dinamismo técnico.

### **5.3.1 Vinculados à Secretaria da Cidadania e Justiça estão:**

- Fundo Estadual Sobre Drogas (CNPJ 17.403.781/0001-68);
- Fundo para as Relações de Consumo (CNPJ 04.832.888/0001-80);
- Fundo para a Criança, o Adolescente e o Jovem (CNPJ 17.403.862/0001-68);
- Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (CNPJ 17.403.830.0001-62);
- Fundo Penitenciário Estadual - FUNPES (CNPJ 26.973.573.0001.95);
- Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
- Conselho Estadual da Pessoa Idosa;
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
- Conselho Estadual Antidrogas;
- Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência;
- Conselhos da Igualdade Racial;
- Conselhos da Direitos da População LGBT;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho de Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor; e
- Conselho Penitenciário.

### **5.4 OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

É mister observar que a Pasta cumpre com rigorosa presteza o Plano Plurianual (Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015); altera a Lei No 2.941, de 25 de março de 2015, que institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o período 2012-2015, e adota outras providências). A Lei Orçamentária Anual Lei nº 3.052, de 21 de Dezembro de 2015; que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2016. A Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei nº 3.048, de 21 de dezembro de 2015. Publicada no Diário Oficial nº 4.525. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias



para o exercício de 2016, e adota outras providências) e o Quadro de Detalhamento de Despesas ano 2016, através da Portaria nº 2/SEPLAN/GABSEC, de 13 de janeiro de 2016, disponível no diário oficial nº 4.542, segundo as determinações da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências); Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC), bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal, nº 104/2000, além das resoluções do Tribunal de Contas e demais orientações específicas sobre a realização das despesas do órgão. Fundo Estadual da Defesa dos Interesses Difusos - Lei nº 1.250, de 20 de setembro de 2001; Fundo Estadual do Conselho Antidrogas; Fundo Estadual dos Direitos da Mulher; e Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As ações, para o exercício de 2016, que fazem parte da unidade orçamentária 17010, assim discriminada a programação e execução orçamentária:

Nº da Ação	Nome da Ação	UG	Valor Inicial
2231	Manutenção de Recursos Humanos	17010	63.381.776
2190	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	17010	5.826.000
2280	Manutenção de Serviços de Transportes	17010	5.827.000
2256	Manutenção de Serviços de Informática	17010	213.000
1007	Ampliação e modernização do sistema socioeducativo	17010	10.900.000
2008	Aparelhamento e manutenção das unidades prisionais	17010	2.950.000
1011	Apoio no desenvolvimento do SIPIA-SINASE e CT	17010	150.000
1026	Construção e manutenção do centro de referencia em direitos humanos	17010	495.000
1030	Construção, reforma e adequação física de unidades prisionais e casa de albergado	17010	22.225.685
2026	Capacitação continua e manutenção da escola dos servidores Penitenciários	17010	644.000
1021	Concurso público para servidores do sistema penitenciário, prisional e socioeducativo	17010	8.050.000
2130	Política de assistência as pessoas privadas de liberdade e egressos	17010	3.404.000
2126	Operacionalização e alimentação das unidades do sistema penitenciário e prisional	17010	21.789.995
2125	Núcleo de apoio ao sistema penitenciário	17010	57.000
2085	Implementação da política de atendimento socioeducativo	17010	350.000
2066	Formação, qualificação profissional e empregabilidade para pessoas privadas de liberdade	17010	735.000
2040	Criação e gerenciamento das centrais de alternativas penais e monitoramento eletrônico	17010	171.000
2023	Atendimento continuado das medidas socioeducativas	17010	895.000
1055	Implantação e subvenção da fundação nova vida	17010	110.000



1006	Ampliação dos mecanismos de dialogo, a transparência e a participação social	17010	223.000
2013	Apoio ao CEDIM - Fortalecimento dos direitos das mulheres	17010	77.000
2025	Balcão da cidadania	17010	710.000
2041	Criação e implantação do fundo de apoio aos direitos das mulheres	17010	84.000
2067	Fortalecimento da casa da mulher brasileira e unidades de atendimento a mulher	17010	442.812
2072	Fortalecimento das ações viva mulher	17010	128.000
2079	Fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais e da rede promoção de direitos humanos	17010	823.000
1058	Implementação da política estadual dos direitos da criança e do adolescente	17010	100.000
2087	Implementação da política estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos	17010	465.738
2131	Produção e disseminação de conhecimento para promoção, prot.e defesa dos direitos humanos	17010	128.000
2152	Realização de atividades sobre os direitos humanos	17010	350.000
<b>Total Inicial da UG - 17010</b>			<b>151.706.006,00</b>

Houve aumento no valor do orçamento de **R\$ 34.756.430,00** (trinta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta reais ) (total autorizado - orçamento inicial), correspondente a **22,91%** do orçamento inicial fixado, conforme autorizado pela A Lei Orçamentária Anual Lei nº 3.052, de 21 de Dezembro de 2015 (LOA), devido necessidade de cumprimento dos objetivos das ações, para melhor atender as demandas sociais, conforme demonstrado abaixo, conforme demonstrado abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Orçamento Inicial	<b>151.706.006,00</b>	100,00
( - ) Reduções	4.101.578,00	2,70
Suplementações	38.851.022,00	25,60
Créd. Especial e/ou extraordinário	0,00	0,00
Remanejamento	0,00	0,00
Transposição	32.841.808,00	21,65
Transferência	55.818.294,00	36,79
<b>TOTAL</b>	<b>186.462.436,00</b>	<b>122,91</b>

Fonte: Anexo 11/opção 2 - SIAFEM - 12/2016

## 5.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE DE RECURSOS

Neste item demonstramos o total de despesas corrente e de capital, com o respectivo percentual de utilização do recurso destinado:



CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	159.329.297,00	157.334.299,28	1.994.997,72	98,75
Despesas de Capital	27.133.139,00	9.317.943,18	17.815.195,82	34,34
<b>TOTAL</b>	<b>186.462.436,00</b>	<b>166.652.242,46</b>	<b>19.810.193,54</b>	<b>89,37</b>

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY - SIAFEM - 12/2016

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
0100 Recursos ordinários	158.035.701,00	157.971.602,79	57.220,24	99,96
0101 Tesouro-Manut. do Desenv. do Ensino-MDE	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 Rec. do Tesouro-Ações de Sev Pub. de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
0103 Contrapartida	57.500,00	0,00	57.500,00	0,00
0104 Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	787.000,00	0,00	787.000,00	0,00
0210 Cota-Parte Inst.Nac. Desenv. do Desporto- INDESP	0,00	0,00	0,00	0,00
0211 Contribuições do Fundo Nac. Desenvolv. Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
0214 Fundo Manut. Desenv. Edu. Bas. Val. Profis- FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
0216 Cota-Parte do Salário- Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
0217 Cota-parte Compens. Financ. dos Rec. Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00
0223 Recursos de Convênio com a Iniciativa Privada	0,00	0,00	0,00	0,00
0224 Cont. de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
0225 Rec. de Convênios com Órgãos Federais	19.582.235,00	680.639,67	18.895.790,90	3,48
0226 Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
0227 Cota-Parte do Convênio DETRAN/SSP/Pol.Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
0228 Operações Financeiras não Reembolsáveis-Inter	0,00	0,00	0,00	0,00
0229 Operações Financeiras não Reembolsáveis- Ester	0,00	0,00	0,00	0,00
0230 Recursos de Conv. Estaduais e/ou Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00
0235 Cota-Parte de Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
0237 Transferência de Recursos do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
0240 Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00
0241 Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
0242 Assistência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00
0246 Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00
0247 Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00



0248	Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
0249	Investimentos Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
0250	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hosp	0,00	0,00	0,00	0,00
0251	Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
4219	Operações de Crédito Internas - Em Moeda	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00	100,00
4220	Operações de Crédito Externas - Em Moeda	0,00	0,00	0,00	0,00
4221	Operações de Crédito Vinculada-PIRMC	0,00	0,00	0,00	0,00
4222	Operações de Crédito Int. em Bens e/ou Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00
5236	Doação	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>186.462.436,00</b>	<b>166.652.242,46</b>	<b>19.797.511,14</b>	<b>89,37</b>

Fonte: Anexo 11/ opção 4 - SIAFEM- 12/2015

## 5.6 EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPA

A Diretoria de Administração e Finanças cumpriu integralmente suas funções durante o exercício de 2016, com o auxílio da Gerência de Apoio Administrativo; Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil e Gerência de Tecnologia da Informação.

Com o auxílio de todas as áreas que compõem a estrutura organizacional a Diretoria de Administração e Finanças, coordenou a execução das atividades relativas à pessoal, material, patrimônio, transportes, serviços gerais, documentação, modernização administrativa, respondendo ainda pela execução das atividades relativas à administração financeira e contábil, foi responsável por coordenar e controlar as propostas do cronograma financeiro de desembolso, avaliou o desempenho da execução financeira, elaborou prestações de contas nos balancetes mensais, controlou os valores registrados em restos a pagar decorrente da execução orçamentária, procedeu com controle financeiro da execução de acordos, convênios e contratos, procedeu a tomada de contas dos responsáveis por adiantamentos, suprimento de fundos, bens e valores, além de realizar ainda, a organização do cadastro de pessoal ativo e inativo, acompanhou a evolução e controlou os custos de pessoal, o cumprimento do horário de trabalho, aprovou a frequência dos servidores e preparou mês-a-mês a folha de pagamento decorrente do exercício de 2016.

Comandou, ainda, a execução do Valor de Custeio Alimentar Mensal - VCAM das Unidades Prisionais sob a responsabilidade da Secretaria de Cidadania e



Justiça, controlou os pedidos de créditos adicionais, registrou as dotações consignadas no orçamento desta Pasta, fez contatos referentes à captação de recursos visando à celebração de convênios com Órgãos Federais, instituiu políticas referentes à modernização do parque tecnológico através da gerência de Informática (Gestão de Pessoas).

Para esses programas foram autorizados recursos da ordem de R\$ **186.462.436,00** (Cento e oitenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e trinta e seis reais), com execução de 89,37%, ou seja, houve uma redução de 10,63%, totalizando o valor de R\$ 166.652.242,46 (Cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos), distribuídos nas ações orçamentárias que serão apresentadas a seguir.

Programa Gestão e Manutenção da Secretaria de Cidadania e Justiça - 1071, Ação 2190 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais. A esta ação são ajustadas todas as despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos, tais como: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, Periódicos e afins; aluguéis, despesas de condomínio, seguros; locação de mão-de-obra para serviços de vigilância e limpeza; conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel); serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins; aquisição de equipamentos de ar condicionado, de preservação de incêndio, elevadores, escadas rolantes e outros afins. Nesta rubrica foram registrados gastos no valor de R\$ 5.678.026,15 (Cinco milhões seiscentos e setenta e oito mil, vinte e seis reais e quinze centavos) durante o exercício de 2016.

**Patrimônio:** No Órgão, o controle é feito pelo Gestor Patrimonial com a co-participação dos Responsáveis Setoriais, mediante utilização dos Termos de Responsabilidade - TR e alimentação do SISPAT. O patrimônio da Secretaria de Cidadania e Justiça, constituído de bens novos, identificados por plaquetas com código de barras, está plenamente controlado, estando devidamente conciliados com o valor contábil apresentado pela SECAD.



Programa Gestão e Manutenção da Secretaria de Cidadania e Justiça 1071, Ação 2280 - Manutenção de Serviços de Transportes: apropriadas despesas relativas a serviços de transporte, tais como: manutenção, revisão e reparos de veículos; combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes; peças e acessórios; aquisição de veículos; locação; licenciamento e seguros; e, aluguéis ou contratação de serviços de transporte. Nesta rubrica foram registrados gastos no valor de R\$ 4.171.173,10 (Quatro milhões cento e setenta e um mil, cento e setenta e três reais e dez centavos) durante o exercício de 2016.

Programa Gestão e Manutenção de Recursos Humanos 1071, Ação 2231- Manutenção de Recursos Humanos. Os gastos efetuados com esta ação são destinados a despesa com a remuneração do pessoal (ativo, civil ou militar) do Estado e encargos sociais, que não são passíveis de apropriação nos Programas Temáticos. A Folha de Pagamento dos servidores é elaborada mensalmente mediante alimentação dos dados do Sistema de Gestão de Pessoal - SIGESP, pela unidade administrativa, sob a coordenação da Secretaria da Administração - SECAD. Nesta rubrica foram registrados gastos no valor de R\$ 78.425.879,44 (Setenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) durante o exercício de 2016.

O quadro de pessoal desta Secretaria é composto atualmente por 1.183 cargos, dos quais 575 são efetivos, 74 são comissionados e 14 são efetivos/comissionados, 01 cedido a outros órgãos, 435 contratados em 2016 e 345 admitidos em 2016.

A Ação 2256 - Manutenção de Serviços de Informática. Despesas relacionadas com informática que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos, tais como: apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e aquisição e locação de softwares básicos de informática. Nesta rubrica foram registrados gastos no valor de R\$ 29.697,54 (vinte e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos) durante o exercício de 2016.



Do Programa de Apoio Administrativo ainda merecem destaque as seguintes realizações:

a) Acompanhamento da execução e da prestação de convênios assinados com o Governo Federal, por meio do terminal do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFEM;

b) Conclusão da primeira e segunda etapa do 1º Concurso público da Secretaria de Cidadania e Justiça, com planejamento e garantia no PPA / 2016-2019 de R\$ 7.840.000 (sete milhões oitocentos e quarenta mil reais) para finalizar a segunda etapa do concurso, ora citado e posterior posse de 1.292 (hum mil, duzentos e noventa e dois) servidores do quadro efetivo da pasta.

c) Realização de capacitação de servidores.

d) Autuação e montagem de 2.711 processos;

e) Participação em Seminários de interesse da Pasta visando aprimoramento e evolução do conhecimento técnico por todas as áreas que compõem a SECIJU;

f) Realização de reuniões técnicas;

## **5.6.1 OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE APOIO A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO ÓRGÃO**

### **5.6.1.1 PROCON - 1031 Direitos Humanos - UG 18370**

#### **APRESENTAÇÃO**

Falar em direitos do cidadão é, obrigatoriamente, falar também em direitos do consumidor, uma vez que todos nós, sem distinção, somos agentes ativos nas relações de consumo. Nas últimas décadas, com o crescimento e o desenvolvimento do mercado interno, os consumidores se viram inseridos em um mundo repleto de particularidades, leis, regras e questionamentos. Com isso, a simples compra de um produto no supermercado ou a aquisição da casa própria se transformou em enigmas de difícil solução. Foi para sanar essas dificuldades potenciais que surgiram os órgãos de defesa do consumidor. No Tocantins, o PROCON surgiu em março de 1992 e hoje é o principal órgão de defesa dos consumidores no Estado. Para coroar os mais de 25 anos de trabalho, o PROCON busca estreitar ainda mais este elo de confiança entre o Órgão e a população que precisa dos nossos serviços.



O PROCON Tocantins atualmente é vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça e sua estrutura é composta por uma Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, 01 (uma) Diretoria de Defesa do Consumidor e 05 (cinco) Gerências, sendo elas: Gerência de Atendimento ao Consumidor, Gerência de Administração Financeira, Gerência de Educação para o Consumo, Gerência de Fiscalização e Gerência Jurídica e do Contencioso, além é claro, de outros departamentos necessários ao bom funcionamento das atividades, tais como: Assessoria de Comunicação, Assessoria de Gabinete, Cartórios, Setor de Informática, Suporte de RH - Recursos Humanos, Setor de Dívida Ativa, Setor de Notificações e Arquivo.

Contamos também com 10 (dez) núcleos regionais de atendimento, sendo eles nas cidades de: Araguaína, Araguatins, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Porto Nacional, Taquaralto e Tocantinópolis.

O presente relatório aborda todo o universo de atuação do Procon, especificando os resultados por áreas registradas como: atendimento, educação para o consumo e fiscalização, reafirmando o compromisso de garantir a proteção e defesa do consumidor tocantinense.

#### Gerência de Atendimento (Atendimentos e Reclamações)

Com o objetivo de implementar e executar a Política Estadual de proteção, orientação, defesa do consumidor e também de utilidade pública realizada diariamente pelo PROCON/TO, o técnico de atendimento está a frente para dirimir as demandas oriundas das relações de consumo com os principais tipos de atendimento oferecido pela Gerência de Atendimento do PROCON/TO.

O atendimento ao consumidor, em qualquer Núcleo do PROCON no Tocantins é realizado das seguintes formas:

- Carta - Simples Consulta / Extra PROCON;
- Eletrônico - Simples Consulta / Extra PROCON;
- Pessoal - Simples Consulta / Extra PROCON / Abertura Direta de Reclamação / Atendimento Preliminar / CIP / Encaminhamento a Fiscalização; e
- Telefônico - Simples Consulta / Encaminhamento a Fiscalização.



Unidades consolidadas abrangidas neste Relatório de Gestão:

- Núcleo Regional de Atendimento em Palmas, localizado em Quadra 104 Sul, Rua SE 09, Lt 36;
- Núcleo Regional de Atendimento em Taquaralto, localizado em Rua Perimetral 04, Quadra 08, Lote 18, Bairro Aurenny I, nesta capital;
- Núcleo Regional de Atendimento em Porto Nacional, localizado em AV. Joaquim Aires, Qd.03, Lt.17;
- Núcleo Regional de Atendimento em Araguaína, localizado em Av. Paranaíba, n.º 1.743, sala 02, Centro;
- Núcleo Regional de Atendimento Gurupi, localizado na Av. Goiás, 1485, Qd.43, Lt. 06, Centro;
- Núcleo Regional de Atendimento em Guaraí, localizado em Av. Presidente Vargas, Centro;
- Núcleo Regional de Atendimento em Araguatins, localizado em Rua 7 de Setembro, 992, Centro;
- Núcleo Regional de Atendimento em Dianópolis, localizado em Rua do Ouro, 203, Setor Novo Horizonte;
- Núcleo Regional de Atendimento em Tocantinópolis, localizado em Rua Padre Juliano Moretti, nº 774;
- Núcleo Regional de atendimento em Colinas do Tocantins, localizado em Av.,TO, nº 1668.

#### Gerência de Atendimento ao Consumidor

O setor de atendimento realizou 39.761(trinta e nove mil setecentos e sessenta e um) atendimentos em 2016, conforme dados extraídos do Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor – SINDEC, no período de 01 de janeiro de 2016 a 30 de Novembro de 2016.

#### Principais Tipos de Atendimento



A seguir, apresenta-se as definições dos principais tipos de atendimento do SINDEC, conforme Manual de Direito do Consumidor (Escola Nacional de Defesa do Consumidor, 2010).

#### I - Extra-Procon

Este tipo de Atendimento é utilizado pelos PROCON's para os casos em que claramente não há relação de consumo, nele o consumidor deve ser encaminhado a outro órgão ou entidade.

O técnico de atendimento registra estas demandas para que o PROCON conheça a dimensão desse trabalho de utilidade pública que é realizado. É uma forma do órgão de defesa do consumidor valorizar sua demanda e atuar de forma mais qualificada para que os diversos órgãos públicos aprimorem a prestação de informações aos cidadãos sobre os seus serviços.

#### II- Simples Consulta

Aplicável em duas situações: a) a primeira é quando, embora a questão seja sobre relação de consumo, não há um fornecedor específico envolvido, ou vínculo jurídico documentado, trata-se de uma orientação em tese; b) a outra situação é quando existe um contrato ou compra efetuada, mas a prestação de uma orientação é suficiente para solucionar a demanda do consumidor.

A Simples Consulta deve também ser utilizada quando a reclamação relatada pelo consumidor deve, ou já está, sendo tratada por outro órgão e o PROCON procede a orientação e o encaminhamento do consumidor.

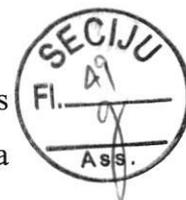
#### III - Atendimento Preliminar

Em inúmeras situações o PROCON soluciona a demanda do consumidor por meio de uma ligação telefônica para o fornecedor. Este atendimento pressupõe a existência de um acordo aceito pelo consumidor.

#### IV - Carta de Informações Preliminares – CIP

Neste tipo de atendimento, o PROCON emite uma carta endereçada ao fornecedor contendo: a) números de nota fiscal, contratos, protocolos, dentre outras informações; b) a descrição sucinta da demanda do consumidor; c) descrição da ação que o consumidor pretende que seja tomada pelo fornecedor para solução do problema; d) prazo para resposta por parte do fornecedor; e) aviso de que o não atendimento à solicitação incidirá na abertura de Reclamação ou outras medidas cabíveis.

#### V - Abertura Direta de Reclamação



É um procedimento administrativo destinado a apurar problemas mais complexos e urgentes configurados como relação de consumo em que se busca a solução da demanda do consumidor e poderá, quando for necessário, ensejar a aplicação de sanção administrativa.

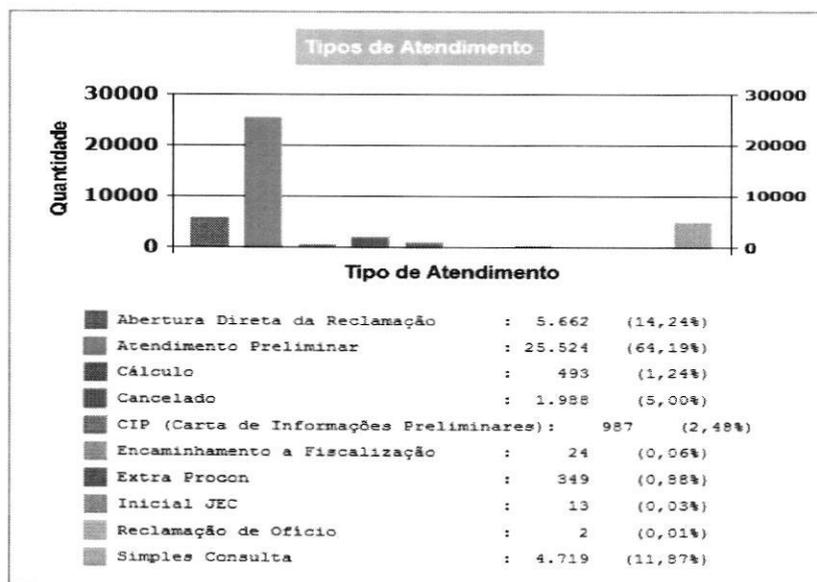


Figura 1 - Tipos de Atendimento. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

Esta Gerência é responsável imediata por despachos administrativos e por toda a gestão dos processos administrativos junto ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor vinculado a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Diante deste contexto, foram agendadas no órgão 7.116 (sete mil cento e dezesseis) audiências conciliatórias, 1.670 (mil seiscentos e setenta) foram reagendadas e 11 (onze) não realizadas pelo não comparecimento das partes (ver Tabela 1, abaixo).

**Tabela 1**– Resumo das Audiências de Conciliação, 2016

Núcleo	Audiência Agendada	Audiência Cancelada	Audiência Ñ Realiz.	Audiência Reagendada	Audiência Realizada	Total
Colinas	275	65	1	43	234	618
Araguaína	2.076	284	1	408	2.251	5.020
Araguatins	426	67	1	26	388	908
Dianópolis	27	6	-	6	23	62
Guaraí	93	37	1	17	83	231
Gurupi	957	120	-	205	1.047	2.329
Palmas	2.340	406	3	777	2.608	6.134
Porto Nacional	315	54	3	85	293	750



Núcleo	Audiência Agendada	Audiência Cancelada	Audiência Ñ Realiz.	Audiência Reagendada	Audiência Realizada	Total
Tocantinópolis	39	10	1	18	31	99
Taquaralto	568	153	-	85	498	1.304
<b>TOTAL</b>	<b>7.116</b>	<b>1.202</b>	<b>11</b>	<b>1.670</b>	<b>7.456</b>	<b>17.455</b>

Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

Foram realizadas, neste ano corrente, 53 (cinquenta e três) notificações por Edital Publicado no Diário Oficial, feitas pelo Cartório do Núcleo desta Gerência de Atendimento.

**Tabela 2**– Resultado das Audiências de Conciliação, 2016

Núcleo	Acordo c/ Homolog.	C/ Acordo	S/ Acordo	Descumprim. de Acordo	Total
Colinas	-	125	83	9	217
Araguaína	160	755	1307	1	2.223
Araguatins	4	248	112	2	366
Dianópolis	-	6	16	-	22
Guaraí	-	58	23	-	81
Gurupi	-	388	629	12	1.029
Palmas	-	782	1701	12	2.495
Porto Nacional	-	71	36	1	108
Tocantinópolis	-	10	9	-	19
Taquaralto	-	177	91	16	284
<b>TOTAL</b>	<b>164</b>	<b>2.620</b>	<b>4.007</b>	<b>53</b>	<b>6.844</b>

Fonte: SINDEC - Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

Comparando os registros de Atendimentos Preliminares a Abertura Direta de Reclamação com relação às áreas de relação de consumo, observamos que “Produtos” correspondem a 31,54% (trinta e um e cinquenta e quatro por cento) do total das reclamações, valor que representa a maioria dos processos, conforme Figura 2, abaixo:

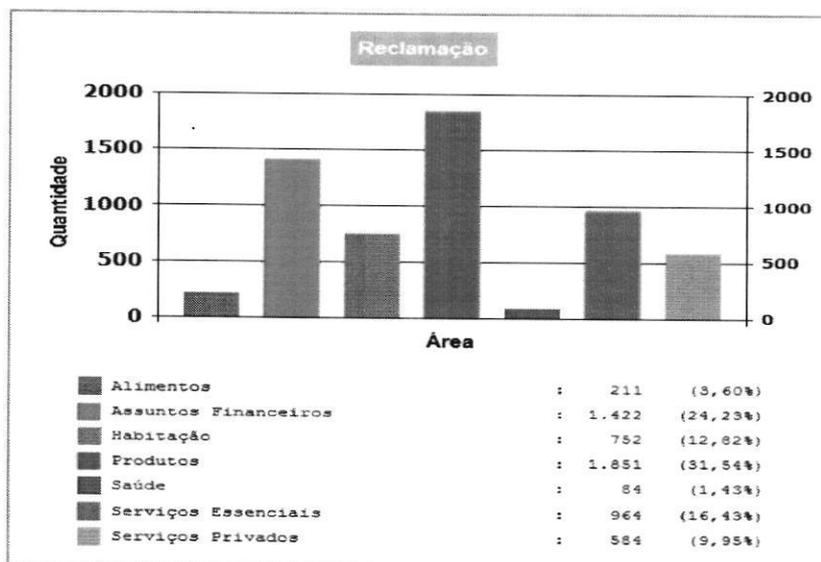


Figura 2 - Reclamações por área. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.



Entre os atendimentos registrados como “Atendimento Preliminar”, podemos constatar que “Assuntos Financeiros” possui o maior número, com 34,73% (trinta e quatro e setenta e três por cento) conforme Figura 3 abaixo:

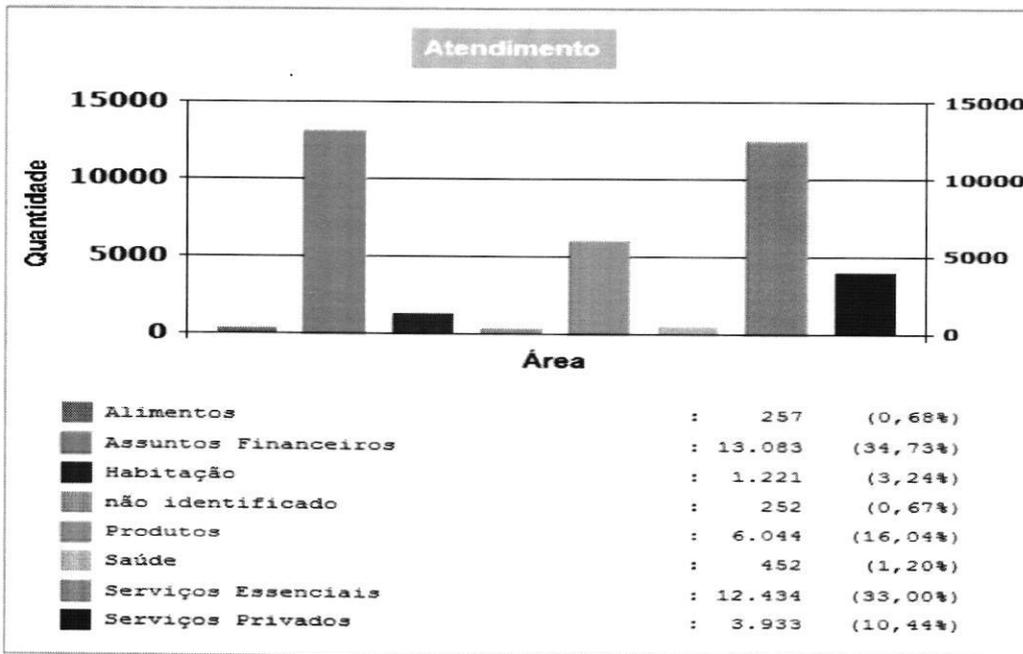


Figura 3 - Atendimentos por área. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

Conforme Figura 4, abaixo, 98,93% (noventa e oito e noventa e três por cento) dos atendimentos são realizados pessoalmente nos Núcleos de atendimento.

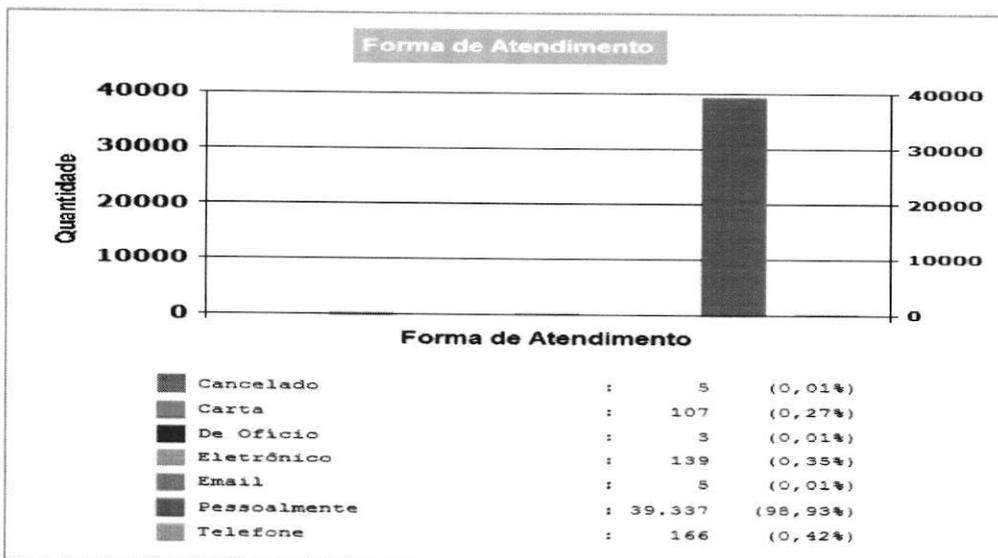


Figura 4 – Formas de Atendimento. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

De acordo com o gráfico abaixo da Figura 5, as CIP'S Concluídas totalizam 634 (seiscentos e trinta e quatro).

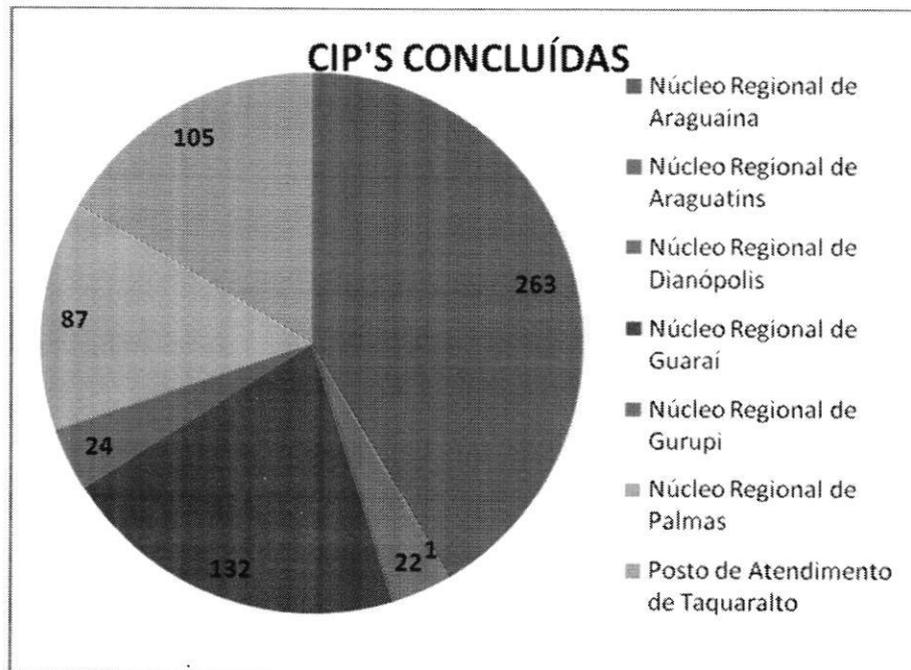


Figura 5 – CIP's Concluídas. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

A Figura 6, abaixo, ilustra a Situação das Reclamações, entre Arquivadas e “Em Andamento”.

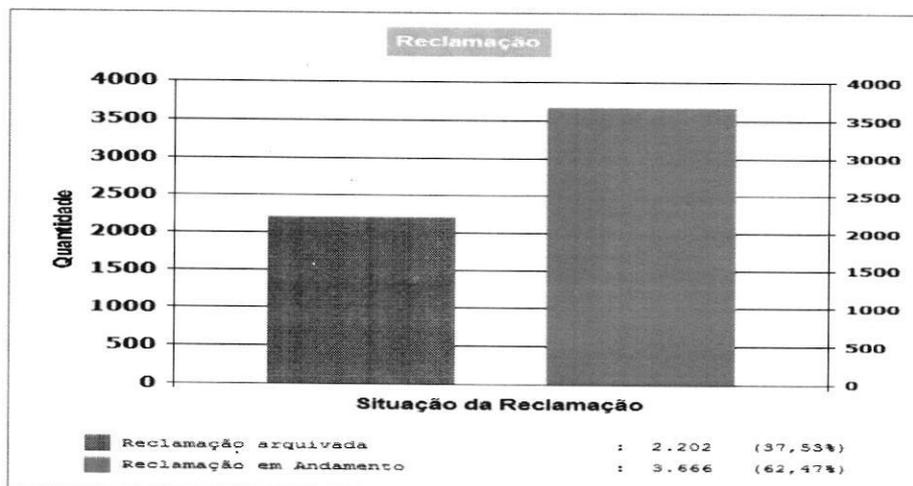


Figura 6 – Situação das Reclamações. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

A Figura 7, abaixo, ilustra o perfil dos Consumidores por faixa etária. Pode-se afirmar que, apenas, 13,39% dos Consumidores são idosos com idade superior a 60 (sessenta) anos.

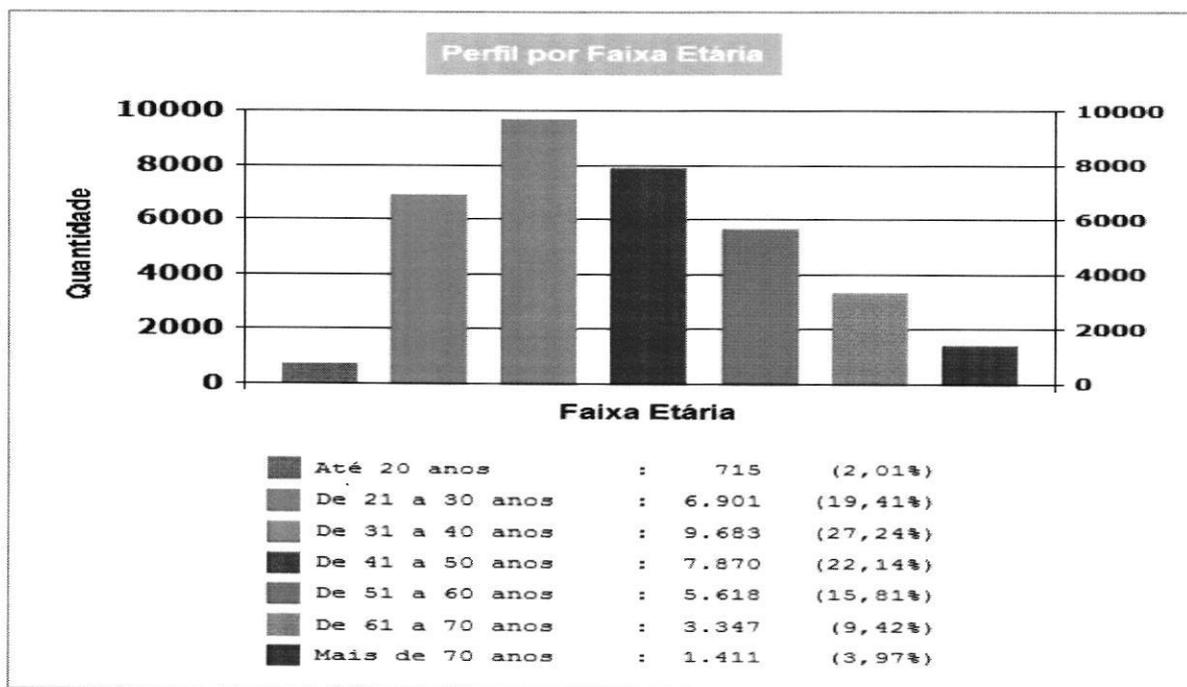


Figura 7 – Perfil dos consumidores por faixa etária. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

A Figura 8, abaixo, delinea a demanda de atendimento realizado nos núcleos por horário. Observa-se que o pico dos atendimentos ocorre, aproximadamente, às 10h e 15h.

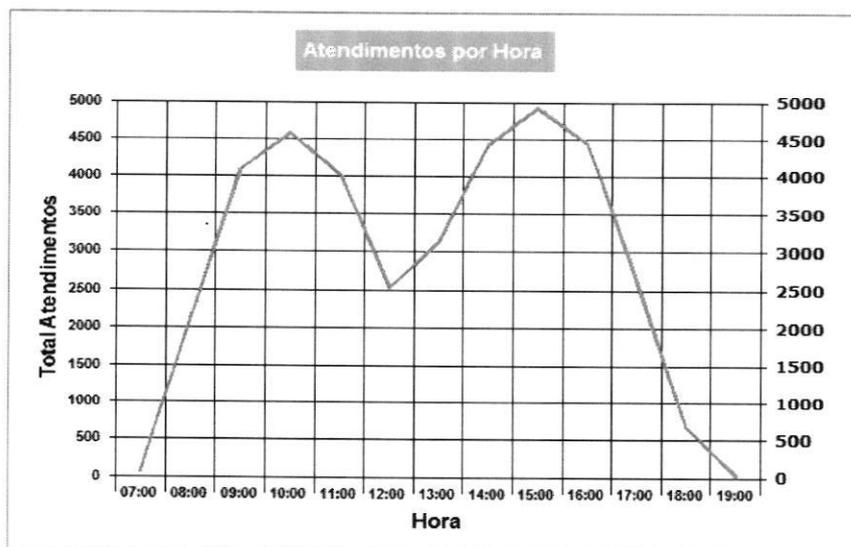


Figura 8– Atendimentos por hora. Fonte: SINDEC Sistema Nacional de Informação de Defesa do Consumidor.

## GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

No âmbito de Educação para o Consumo, as ações realizadas pelos Núcleos Regionais de Atendimento e pela Superintendência Procon, são divididas em 3 (três)



principais categorias, conforme o público alcançado, sendo: para Consumidores, Fornecedores e Servidores do Procon. Nos eventos realizados para o público de consumidores destaca-se a maciça presença do PROCON-TO nas redes de ensino, fazendo o trabalho de conscientização de jovens e adolescentes, que em todo o Estado somam a quantia de 6.436 (seis mil, quatrocentos e trinta e seis) consumidores participantes de palestras. Dentre eles alunos de Instituições Públicas e Privadas, e inclusive de recrutamento de jovem aprendiz.

Quanto às ações direcionadas especificamente aos fornecedores, com objetivo de evitar novas infrações o PROCON levou palestras aos fornecedores/barraqueiros que atuaram nas principais praias do estado e também nas grandes redes de supermercado, totalizando 895 (oitocentos e noventa e cinco) pessoas capacitadas, dentre elas, colaboradores, gerentes e proprietários.

No que diz respeito aos servidores, a Gerência de Educação para o Consumo promoveu eventos de qualificação e aperfeiçoamento, assim como de promoção de bem estar dos mesmos. Foram realizados 9 (nove) eventos com a participação de 710 (setecentos e dez) servidores, um número muito maior do que quantidade de servidores lotados na Superintendência, o que significa que vários servidores participaram de mais de um evento.

Já em um contexto geral, algumas ações possuem eficácia mais ampla que não é possível quantificar as pessoas atingidas, tais como as Blitz educativas de “panfletagem”, que totalizaram 16 (dezesesseis), a participação do Procon em dois Programas de Rádio que são veiculados semanalmente nos municípios de Guaraí e Araguatins, os quais levam informações sobre direito do consumidor à população local.

O PROCON/TO, também mantém atividade nas Redes Sociais, através de uma *Fan Page* no *Facebook*, que divulga dentre outros, informações do direito do consumidor, além de servir de “vitrine” para as ações realizadas pela Superintendência. Só esse ano foram alcançadas 6.700 pessoas e 4.700 curtidas nas publicações.

Atendemos um total aproximado de 19.441(dezenove mil, quatrocentos e quarenta e uma) pessoas, por meio de cursos na área de defesa do consumidor, presencial e online, além de palestras em instituições de ensino, e empresarial, para empresários e funcionários.



## GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

No ano de 2016 até o momento foram realizadas operações fiscalizatórias na capital e pelo interior do estado, onde foram apreendidos cerca de 16.427 (dezesseis mil, quatrocentos e vinte e sete) itens de mercadorias impróprias para o consumo, tais como: produtos fora do prazo de validade, embalagens adulteradas, amassadas, enferrujadas, etc..

Segundo informações da Gerência de Fiscalização foram lavrados 420 (quatrocentos e vinte) Autos de Infração, 150 (cento e cinquenta) Autos de Constatação, além da realização de monitoramento de preços semanalmente nos mais diversos segmentos do comércio, perfazendo cerca de 1.890 (Um mil, oitocentos e noventa) estabelecimentos visitados/fiscalizados, dentre os quais podemos citar: supermercados, postos de combustível, bancos, escolas, açougues, etc..

## GERÊNCIA JURÍDICA E DO CONTENCIOSO

As atividades desta Gerência estão distribuídas nos núcleos de Palmas com 18 julgadores, Araguaína com 03 julgadores e Gurupi com 04 julgadores. Foram elaborados julgamentos de primeira e segunda instâncias, despachos, pareceres, minutas de termos de ajustamentos de condutas, minutas de portarias, cartilhas, consultas verbais e demais documentos necessários ao assessoramento de todos os departamentos do Procon/Tocantins. Observe a tabela a seguir:

ITEM	DOCUMENTO	QUANT.
01	Julgamento de segunda instância	1.482
02	Julgamento de primeira instância	4.141
03	Despachos	523
04	Parecer	75
05	Minuta de Termo de Acordo de Ajustamento de Conduta	01
06	Minuta de Portaria	04
07	Termo de Cooperação Técnica	01

*OBS: Período: janeiro a dezembro de 2016*



GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (Receitas e Despesas)

Conforme se verifica na tabela comparativa abaixo, arrecadamos no ano de 2016 até o mês de outubro a importância de **R\$ 5.807.770,83 (cinco milhões, oitocentos e sete mil, setecentos e setenta reais e oitenta e três centavos).**

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2014	190.105	242.859	295.807	196.877	292.436	374.047	199.523	223.969	299.486	310.116	437.678	450.181
2015	521.715	270.982	397.683	521.612	407.961	507.824	953.254	879.952	647.521	580.689	529.071	445.736
2016	509.869,28	451.704,86	915.998,62	442.908,30	683.567,64	531.495,55	730.479,84	335.799,61	364.225,42	1.373.217,46	-	-

**OBS:** A SEFAZ ainda não informou os relatórios de arrecadação do mês de novembro e dezembro/2016 alegando problemas no sistema

O valor arrecadado é revestido para o FDC – Fundo para as Relações de Consumo e destinado ao pagamento de despesas com implantação/manutenção dos núcleos de atendimento ao consumidor no Estado, bem como, para a realização de capacitações para os nossos servidores e para o fortalecimento de ações de cunho educativo para a população em geral.

Cumpramos informar que as despesas do exercício 2016 até o momento somaram a importância de R\$ 2.139.729,70 (dois milhões, cento e trinta e nove mil, setecentos e vinte e nove e setenta centavos), restando um saldo disponível de R\$ 3.668.041,13 (três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quarenta e um reais e treze centavos).

**SETOR DE NOTIFICAÇÃO E DE DÍVIDA ATIVA**

Após levantamento de dados do setor de notificações, verificamos que foram expedidas em 2016 aproximadamente 12.297 (doze mil, duzentas e noventa e sete) notificações pelo setor competente, 963 (novecentas e sessenta e três) cobranças amigáveis de multa, 150 (cento e cinquenta) certidões de atualização monetária e juros e 188 (cento e oitenta e oito) cálculos de atualização monetária e juros (multas arbitradas). Além disso, segundo informações do Setor de Dívida Ativa foram encaminhadas 4.536 (Quatro mil quinhentas e trinta e seis) certidões de débitos – CDA, para a Dívida Ativa do Estado (Sefaz), totalizando o valor líquido, carente de execução, de R\$ 45.334.315,04 (Quarenta e cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e quinze reais e quatro centavos).



## CONCLUSÃO

O enfoque da elaboração deste relatório do exercício de 2016 é apresentar as ações que foram desenvolvidas pelo Procon/TO, ratificando o compromisso e a responsabilidade com a sociedade tocantinense.

Este é o resultado do trabalho dedicado que diariamente o Procon/TO realiza para atender às reclamações dos consumidores. Graças a esse trabalho, pode-se afirmar que o PROCON do Tocantins é a expressão da fala do consumidor sobre os principais problemas que diariamente ele enfrenta no mercado de consumo.

Palmas, 20 de dezembro de 2016.

Nelito Vieira Cavalcante  
**Superintendente do Procon/TO**



**5.6.1.2 Programa 1025 - Criança, Adolescente e Juventude; Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - UG 183700**

**GERÊNCIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

**RELATÓRIO DO PPA REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2016**

**1. INTRODUÇÃO**

Consoante às disposições, sobre a prestação de contas, contidas na instrução normativa nº 006/03 do Tribunal de Contas/TO, Decreto nº 2.595/05 e orientações da Controladoria Geral Estadual, a Gerência do Sistema Socioeducativo- GSS vem sistematizar, neste Relatório do 1º quadrimestre do corrente ano, as informações referentes as atividades desenvolvidas diante das Ações Temáticas: 2023 – Atendimento Continuado das medidas Socioeducativas; 2085 – Implementação da Política de Atendimento Socioeducativo; 1007 – Ampliação e Modernização do Sistema Socioeducativo.

Portanto, segue abaixo, o Plano de Trabalho para execução das ações durante o ano de 2016; análise das atividades desenvolvidas nas Ações Temáticas, demonstrativo orçamentário, Metas Físicas e das Iniciativas implementadas no primeiro quadrimestre do referido ano.

**2. DO PLANO DE TRABALHO**

<b>ATUAÇÃO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>METAS</b>	<b>PERÍOD.</b>
Ampliação e Modernização do Sistema Socioeducativo	-Verificar os prazos pré-estabelecidos para conclusão das obras.	- Conclusão da reforma do CASE e CEIP SUL	Janeiro a dezembro 2016
	- Verificar se o processo de aquisição está dentro dos prazos	- Conclusão da reforma e adequação do CEIP NORTE	
	- Capacitar os servidores para o uso dos equipamentos e instrumentos de segurança	-Capacitar 100% dos servidores	
	-Encaminhar solicitação ao setor responsável pra as providências na adequação e manutenção dos espaços	- Aparelhar as Unidades Socioeducativas	Janeiro a dezembro 2016



	físicos (laboratório de informática, biblioteca, sala de oficinas, quadras esportivas, salas dos professores e salas de aulas e outros) nas unidades de ensino que atendem os Centros de Internação e USLs		
--	--	--	--

ATUAÇÃO	AÇÃO	METAS	PERÍOD.
Atendimento Continuo das Medidas Socioeducativas	- Matricular os adolescentes na unidade de ensino	- Todos os adolescentes matriculados frequentemente	2016
	- Reuniões entre equipe técnica das USLs e Centros de Internação com equipe da gestão	- Reuniões todo semestre	
	- Analisar anualmente com as equipes técnicas das escolas e unidades socioeducativas os resultados do desempenho dos adolescentes/alunos na escola e nas avaliações externas	- Reuniões todo semestre	

ATUAÇÃO	AÇÃO	METAS	PERÍOD.
Implementação da Política de Atendimento Socioeducativo	- Aguardar deliberação do Conselho de Criança sobre o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo	- Execução da política pública segundo PEAS	2016
	- Aguardar deliberação do Conselho da Criança sobre os PPP das USLs e Centros de Internação	- USLs e Centros de Internação com Plano de Ação baseado no PPP	
	- Encaminhar lista dos componentes do Conselho Gestor e portaria nomeando. -Encaminhar para publicação da portaria nomeando a Comissão Disciplinar -Treinamento com os servidores para execução e aplicação das regras regimentais	- Implantação de normas, rotinas e procedimentos -Elevar nível de qualificação profissional	
	- Monitoramento das ações semanal e mensal mente	- Eficácia da medida	2016
	-Estruturar com equipamentos e equipe técnica o núcleo do egresso -Levantar das demandas dos adolescentes e famílias no PIA - Fortalecer de parceria com o Regime Aberto -Estabelecimento de parcerias com empresas -Visitar às famílias para levantamento das	- Inserção social do egresso e família -Perfil das demandas dos egressos e famílias -Parcerias fortalecidas com CREAS -Parcerias com organizações públicas e privadas	2016



<p>reais necessidades e encaminhamentos.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>-Realizar ações de Educação para o Trabalho pra preparar os jovens e familiares para a inserção no mercado de trabalho.</li><li>-Acompanhar os adolescentes e famílias nas atividades em que estão envolvidos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>-Famílias visitadas e inseridas em programas e com acesso aos serviços</li><li>-Empregabilidade dos adolescentes</li><li>- 100% dos adolescentes egressos e famílias envolvidas no Programa</li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>-Realizar evento envolvendo os atores do meio aberto e sistema de justiça para melhorar o atendimento e alinhar ações nas execuções das medidas e do acompanhamento do egresso</li></ul>	Intersetorialidade fortalecida e alinhada	2016
<ul style="list-style-type: none"><li>-Registrar os dados sobre entrada e saída de adolescentes</li><li>-Registrar dados sobre perfil dos adolescentes</li><li>-Registrar informações relativas ao cumprimento da medida</li></ul>	-Sistema funcionando 100%	2016
<ul style="list-style-type: none"><li>- Produção de relatório estatístico semanal</li><li>-Produção de relatório sobre o acompanhamento das medidas</li><li>-Elaboração de relatórios de pautas</li></ul>	-Dados e ações registrados para acompanhamento	2016
<ul style="list-style-type: none"><li>-Inscrever os adolescentes nos programas, concursos e ações voltadas para as mias diversas áreas</li><li>-Viabilizar transporte e estadia quando for necessário</li><li>-Fornecer equipamentos e materiais didáticos</li></ul>	-100% dos adolescentes inclusos nos programas e ações	2016
<ul style="list-style-type: none"><li>-Participar do processo de elaboração da política de atendimento a saúde do adolescente em conflito com a lei no plano Operativo Estadual e municipal em Palmas, Gurupi e Araguaína e Santa Fé;</li></ul>	-Termos de cooperação	2016
<ul style="list-style-type: none"><li>-Articular junto as Secretarias Municipais de Saúde a criação de um sistema de informação exclusivo para traçar perfil epidemiológico do sistema socioeducativo;</li></ul>	-Termos de Cooperação	2016



-Ofertar capacitação continuada aos profissionais da saúde da gesta municipal e serviços de assistência em saúde;	-Profissionais da saúde que atuam no sistema socioeducativo capacitados	2016
- Articular com secretaria de saúde apoio matricil de saúde mental para a equipes dos Centros de Internação e USLs	-Matriciamento realizado e equipes treinadas	2016
- Articular junto as equipes técnicas das USLs e Centros de Internação a implantação e implementação da Caderneta de Saúde do Adolescente.	-100% dos adolescentes com caderneta de saúde	2016
- Elaborar programas através de ações de saúde, educação e assistência social para prevenção, atendimento e tratamento dos adolescentes.	-Ações de prevenção e atendimento e tratamento realizadas	2016
- Implementar ações de enfrentamento ao álcool e outras drogas.	-Ações de prevenção e atendimento e tratamento realizadas	2016
- Articular com órgãos voltados para o desenvolvimento do esporte a oferta dessa prática nos Centros e USLs	-Termos de cooperação	2016
- Promover campeonatos esportivos, gincanas exposições e concursos com adolescentes nas mais diversas modalidades -Articular parcerias com secretarias de esporte para garantir o fluxo de materiais e equipamentos esportivos	-Realização de campeonatos e gincanas -Participação de exposições e concursos	2016
- Incluir ações afirmativas de igualdade étnico-racial e combater a discriminação o preconceito, e a desigualdade racial no âmbito do atendimento socioeducativo através de formações, eventos e campanha na área	- Eventos, Palestras Rodas de Conversa Exposições artísticas	2016
- Implementar projetos de oficinas culturais e artísticas na rede pública de educação básica	-Exposições artísticas e culturais -Oficinas artesanais	2016
- Estabelecer parcerias com instituições governamentais especializadas e não governamentais especializadas na questão ético-racial, gênero e de orientação sexual e religiosas para o desenvolvimento de formações continuadas e ações correlatas aos temas	-Espaço de leitura e multimeios implantados e funcionando	2016



- Implantar ações voltadas ao desenvolvimento da espiritualidade	-Espaço de leitura e multimeios implantados e funcionando	2016
-Articular com a Secretaria de Esporte e Juventude atendimento no que concerne ao acesso ao lazer -Desenvolver ações na área de recreação	-Termo de cooperação	2016
Criar e fortalecer parceria entre o executivo municipal e o setor público, setor privado, terceiro setor referente a profissionalização do adolescente por meio de cooperação técnica	-Termo de cooperação Convênios firmados	2016
Estabelecer parceria com Sistema S, IES e outras entidades de formação e qualificação profissional	-Parcerias firmadas	2016
Elaborar proposta de qualificação para os adolescentes	-Convênios	2016
Realizar mapeamento qualitativo e quantitativo das instituições que compõem o Programa Menor Aprendiz nos municípios que possuem USLs e Centros de Internação	-Visitas ao Ministério do trabalho -Visitas às empresas	2016
Implantar parcerias com instituições para ampliar as ofertas de vagas de cursos profissionalizantes e de formação básica para o trabalho	-Parcerias firmadas	2016
Incluir as famílias dos adolescentes na rede socioassistencial	-Famílias incluídas	2016
-Incluir as famílias em oficinas, rodas de conversa e atendimentos em grupos e individuais -Viabilizar o envolvimento da família nas atividades que se faz necessário, promovendo o fortalecimento do vínculo e o acompanhamento familiar	-Realizar roda de conversa -Fazer atendimentos grupais e individuais -Transporte -Estadia	2016
-Criar mecanismos de verificação de participação ativa das famílias no processo de monitoramento	-Instrumental de acompanhamento	2016
-Assegurar ao adolescente a participação em sua audiência de revisão de medida. -Assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos para aqueles que atendem os requisitos previstos no regimento Interno	-Atender ao direito do adolescente segundo regras do Regimento Interno	2016



- Assegurar participação autônoma dos adolescentes na construção e implementação da proposta socioeducativa	-Adolescentes participando do processo de implementação da proposta socioeducativa	2016
- Organizar com a justiça eleitoral o incentivo e a participação dos adolescentes privados de liberdade no processo eleitoral	-Adolescentes participando do processo eleitoral	2016
- Favorecer processos de participação que visem o protagonismo	-Incluir os adolescentes na tomadas de decisões de ações na USLs e Centros de internação	2016
- Garantir a participação em eventos públicos para exposição das atividades profissionalizantes, artísticas e culturais dos adolescentes	-Inserir adolescentes nos eventos, exposições e cursos	2016
- Garantir a participação política de adolescentes nos conselhos, conferências e comissões de acompanhamento do Sinase	-Adolescentes participando de comissões, conferências	2016
- Formas adolescentes para atuarem como multiplicadores em conteúdos como ECA, Cidadania, Direitos Humanos, Cultura da Paz, Protagonismo Juvenil, e outros	-Adolescentes sendo multiplicadores de conteúdos voltados para sua realidade	2016
- Implantar e implementar práticas de justiça restaurativa nas comarcas de Palmas, Araguaína e Gurupi	-Todos conhecedores das normas de segurança -Equipe treinada para implementar práticas de justiça restaurativa	2016
-Criação e implantação de ações em segurança nas USLs Centros de Internação para organização e métodos e procedimentos cotidianos de prevenção de situações críticas de violação de direitos e de ordem na perspectiva da mediação de conflitos	-Plano de segurança Criado e implementado Procedimentos de segurança preventiva em prática	2016
-Elaboração de procedimentos operacionais	-Criação de cartilhas sobre procedimentos de segurança	2016

### 3. ANÁLISE DAS AÇÕES TEMÁTICAS

#### 3.1. Ação: 1007 – Ampliação e Modernização do Sistema Socioeducativo:



### 3.1.1 Dotação Orçamentária:

<b>FONTE RECURSOS</b>	<b>COD. DESPESAS</b>	<b>NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>ORÇA METO</b>	<b>VALOR EXECUT.</b>	<b>SALDO</b>
0100	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Juridica	1.100.000		
0100	4.4.90.51	Obras e Instalações	1.800.000		
4219	4.4.90.51	Obras e Instalações	8.000.000		
<b>TOTAL: R\$ 10.900.000,00</b>				<b>206.011,61</b>	

### 3.1.2 Meta Física:

- Meta física, 4 (quatro) atividades propostas no PPA/2016;
- 50% obra concluída e implantada até o final de 2016.

### 3.1.3 Análise das atividades executadas:

Ação está sendo executada a contento, considerando a realização das atividades a seguir:

- Implantou-se Plataforma de Ensino a Distância da Escola Estadual- EAD de Socioeducação do Tocantins;
- Foi realizado o Curso de Formação (Núcleo Básico) para 100 servidores do Sistema Socioeducativo no período de 07 de março a 29 de maio de 2016;
- Fiscalização das obras em andamento.

### REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2016

Ação está sendo executada a contento, considerando a realização das atividades a seguir:

- Foi concluído a reforma do Centro de Internação Provisória da Região Sul (CEIP SUL);
- Continuidade reforma e ampliação do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE PALMAS).



**Ação 2023: Atendimento Continuado das Medidas Socioeducativas:**

**3.2.1 Dotação orçamentária:**

<b>FONTE RECURSOS</b>	<b>COD. DESPESAS</b>	<b>NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>ORÇA METO</b>	<b>VALOR EXECUT.</b>	<b>SALDO</b>
0100	3.3.90.14	Diária - pessoal civil	40.000		
0100	3.3.90.30	Material de consumo	300.000		
0100	3.3.90.36	Outros serviços terceiros – Pessoa Física	100.000		
0100	3.3.90.39	Outros serviços terceiros – Pessoa Jurídica	100.000		
0100	3.3.90.92	Despesas de exercícios anteriores	150.000		
0100	4.4.90.52	Equipamentos e material permanente	205.000		
<b>TOTAL: R\$ 895.000,00</b>				<b>252.341,05</b>	

**3.2.2 Meta Física**

- Meta física, 11(onze), atividades propostas no PPA/2016;

**3.2.3 Análise das atividades executadas**

Ação em andamento, tendo em vista as atividades já executadas, a saber:

- Curso profissionalizante Assistente Administrativo no CASE e CEIP CENTRAL vêm sendo realizados junto à instituição, PRONATEC, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Economico, Ciencia, Tecnologia e Inovação;
- Curso profissionalizante Pintor de Obras no CASE vêm sendo realizados junto à instituição, PRONATEC, por intermédio da Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Destaca-se ao longo do ano de 2016 a renovação dos Termos de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado, Município de Palmas representado pela Secretaria de Educação da Oficina de músicas com instrumentos, equipamentos, inerentes a esta oficina; – Renovação do Termo de Cooperação com a instituições citadas envolvendo no que tange a Secretaria de Desenvolvimento Rural para implementação do Projeto de Paisagismos com aulas teóricas e praticas sobre o cultivo de hortaliças;
- Também foi renovado o Programa Jovem Empreendedor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e Emprego, parceria por meio de Termo de Cooperação



Técnica com o Tribunal de Justiça do Tocantins para os adolescentes em cumprimento de medida de Semiliberdade de Palmas;

-Parceria firmada com a ULBRA para desenvolvimento de projeto de extensão de Programa de Intervenção Psicológica no CASE com oficinas de capoeira , oficina de leitura monitorada, escuta terapêutica.

### REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2016

Retificando a análise anterior: a análise corresponde também a ação 2085

Ação sendo executada a contento visto que é uma atividade de prestação continuada, a saber:

- Atividades de insumos e alimentação disponibilizadas nas Unidades Socioeducativas foram realizadas conforme previsão ;

### 3.3 Ação 2085: Implementação da Política de Atendimento Socioeducativo:

#### 3.3.1 Dotação orçamentária:

FONTE RECURSOS	COD. DESPESAS	NATUREZA DA DESPESA	ORÇA METO	VALOR EXECUT	SALDO
0100	3.3.90.30	Material de consumo	200.000		
0100	3.3.90.39	Outros serviços de terceiros- pessoa juridica	150.000		
<b>TOTAL: 350.000,00</b>				<b>00,00</b>	

#### 3.3.2 Meta Fisica

- Meta física, 6(seis), atividades propostas no PPA/2016;

#### 3.3.3 Análise das atividades executadas

Ação em andamento, segue abaixo as atividades executadas:

- Ação continua sendo implementada com pouco êxito, visto que a Implantação do Núcleo de Atendimento ao Adolescente Egresso do Sistema Socioeducativo e Famílias



demandava locação e equipagem de um local adequado e aquisição de veículo como também a designação de servidora responsável pela implantação e coordenação deste núcleo. Foi contratado para a equipe uma assistente social. Em elaboração os instrumentais para traçar o perfil dos adolescentes egressos e famílias.

-Continuam em andamento as atividades relacionadas ao Núcleo de Atendimento foram desenvolvidas no âmbito assistencial, psicológico e redes de saúde in loco e, na Casa de Apoio de Palmas, no período de visitas para as famílias que vêm do interior.

### **REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2016**

A ação está sendo executada com êxito contento, tendo em vista que:

- Ação com andamento normal sendo que o serviço é de caráter contínuo das atividades relacionadas ao Núcleo de Atendimento;
- Foi feito estudo do Plano de Segurança junto as Unidades Socioeducativas de 13/07/2016 á 29/07/2016;
- A proposta de elaboração da central de vagas foi encaminhada junto ao Tribunal de Justiça do Tocantins.

### **RELATÓRIO ANUAL, 2016**

#### **4. INTRODUÇÃO**

A Gerência de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – **GPDCA** vem sistematizar, neste Relatório as informações referentes às ações desenvolvidas no ano de 2016.

Portanto, de acordo com o Plano Plurianual, esta Gerência possui as seguintes Ações Temáticas:

- I - 1011** - Apoio no Desenvolvimento do Sipiá – Sinase e CT;
- II - 1058** - Implementação da Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - 3049** - Proteção e Promoção da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;



- IV - **4058** - Formação de Servidores do Sistema Socioeducativo;
- V - **4075** - Fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segue abaixo a análise das ações temáticas:

**I – Ação 1011 - Apoio no Desenvolvimento do Sipiã – Sinase e CT:**

- Participação da Gerência de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente no encontro com os administradores Estaduais em Brasília nos dias 04 e 05 de abril de 2016 para alinhamento das estratégias e ações necessárias para consolidação do SIPIA/CT no Estado do Tocantins.
- Participação de Conferência Online nos dias 10 e 11 de maio do corrente ano relacionadas ao SIPIA CT com o objetivo de apresentação das alterações realizadas no sistema;

**II – Ação 1058 - Implementação da Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;**

- Participação (fevereiro/junho) de encontros do Fórum Estadual de Erradicação ao Trabalho Infantil –FETIPA, para o alinhamento das atividades entre órgãos parceiros;
- Incentivo a Construção, implantação e monitoramento dos Planos Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Realização de Seminário Estadual “Erradicação ao Trabalho Infantil” – evento realizado em alusão ao dia 12 de junho, o qual aconteceu no Auditório do Palácio Araguaia dia 20 de junho 2016;
- Realização de **Audiências Públicas** e assinatura do **Temo de Compromisso**, os quais tratam da efetivação da Política de combate ao Trabalho Infantil e pactuação de metas, nos Municípios de Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, Lagoa do Tocantins e Novo Acordo no período de 20 a 24/06/2016;



- Participação na elaboração e implementação do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento da violência Sexual contra crianças e adolescente do Estado do Tocantins;
- Participação do Curso de Direitos Humanos de Crianças e Adolescente no marco do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Estado do Tocantins – 24 e 25 de maio de 2016 – Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - Tocantins – OAB;
- Participação no Seminário de Educação em Direitos Humanos – pela valorização da Diversidade Humana – aconteceu de 08 a 10 de junho de 2016 na UNITINS.
- Participação na construção do Diagnóstico, Objetivos Estratégicos e Metas do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – PDDHCA, nas regiões Norte, Sul e Central do Estado do Tocantins no mês de outubro de 2016;
- Participação da Reunião Intersetorial para construção do PDDHCA – onde foi discutido detalhes sobre o encontro para pactuação de metas do Plano – 22 de novembro 2016 às 14h na sala de reuniões da Secretaria Estadual de Meio Ambiente;
- Participação sobre Marco Legal da Primeira Infância – com representante da UNICEF - Auditório da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS - 29 de novembro de 2016.
- Participação no Seminário de Pactuação do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Estado do Tocantins - para o período de 2017 a 2027 – Auditório da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS - 29 de novembro de 2016.

### **III – Ação 3049 - Proteção e Promoção da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente**

#### **a) Agenda PROTEJA:**

- Realizou-se durante o Carnaval, campanha de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes, em especial ao enfrentamento a exploração sexual, com articulação da Rede de Proteção dos municípios de Gurupi, Aliança do Tocantins, Porto Nacional, Arraias, Pedro Afonso, Miracema do Tocantins e Palmas, no



período de 03 a 05 de fevereiro de 2016. Diante disso, foram distribuídos materiais educativos (máscaras, cartazes, adesivos e spot para rádio/TV). Aos demais municípios foram disponibilizados o spot para rádio, TV e carro de som.

**b) Seminário Estadual – Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes:**

- Foi realizado, no dia 20 de maio em Aliança do Tocantins, o Seminário de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nesse sentido, os municípios tocantinenses foram mobilizados, envolvendo os atores da Rede de Proteção de crianças e adolescentes, público estimado, 200 pessoas. Portanto, durante o Seminário foram discutidos temas como Rede de Proteção, Papel da Família e o Enfrentamento à Exploração Sexual.

- **Parceiros:** Prefeitura Municipal de Aliança do Tocantins, Polícia Rodoviária Federal, Universidade Federal do Tocantins, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**c) Foram distribuídos** (1.000) mil exemplares do ECA, Sinase e Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, para Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e demais atores da Rede de Proteção de Crianças e adolescentes nos municípios do Tocantins;

**IV – Ação 4058 - Formação de Servidores do Sistema Socioeducativo:**

- A vigência do Convênio nº 794639/2013, o qual visa realizar formação dos servidores do Sistema Socioeducativo. Foi prorrogada até 20/09/2016; houve a conclusão do Plano de Trabalho, conforme relatório do PPA/2015, o material gráfico está em fase de confecção, o credenciamento de professores para ministrarem aulas neste processo formativo se encontra em fase idealística, publicado no Diário Oficial, o curso de formação está previsto para agosto do corrente ano, conforme tabela abaixo:

TURMA	EIXO	DATA
-------	------	------



TURMA	EIXO	DATA
1º	Eixo III - Metodologia do atendimento socioeducativo (20h)	15 a 19/08/2016
2º	Eixo VI - Parâmetros de Segurança no Atendimento Socioeducativo (20h)	22 a 26/08/2016
3º		29/08 a 02/09/2016

- Lançamento da Plataforma virtual de Aprendizagem – AVA da Escola de Socioeducação do Tocantins no dia 25 de fevereiro de 2016 com a participação do sistema de justiça e servidores socioeducativo no auditório do PROCON;
- Realizaram-se as aulas inaugurais referente ao Curso de Formação Continuada do Sistema Socioeducativo, por meio da Plataforma virtual de Aprendizagem – AVA, nos municípios de Gurupi, Araguaína, Santa Fé do Araguaia e em Palmas nas respectivas datas: 15, 16, 17 e 22 de março de 2016;
- Realização do Curso de Formação (Núcleo Básico) – segunda entrada, por meio da Escola Nacional de Socioeducação, para 100 servidores do Sistema Socioeducativo no período de 07 de março a 29 de maio de 2016;
- Participação de oficina “Segurança, ética e cidadania na Internet, a qual teve como objetivo a capacitação de servidores na promoção do uso seguro para crianças e adolescentes, aconteceu dia 4 de maio de 2016 no Auditório do Palácio Araguaia;
- Foi realizado o Curso de Formação (**justiça e práticas restaurativas**) – 1º entrada, por meio da Escola Nacional de Socioeducação, para os servidores do Sistema Socioeducativo no período de 25 de maio a 26 de junho de 2016;
- Realização do Curso de Formação (**fortalecimento da gestão**) – 1º entrada, por meio da Escola Nacional de Socioeducação, para os gestores do Sistema Socioeducativo no período de 23 de maio a 26 de julho de 2016;
- Está sendo realizado o Curso de Formação (**Núcleo Básico**) 3º entrada, por meio da Escola Nacional de Socioeducação, para os servidores do Sistema Socioeducativo no período de 06 de junho a 28 de agosto de 2016;
- Visita técnica no período de 28/06 a 01/07/2016 dos servidores do Sistema Socioeducativo para o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) como prêmio de bom desempenho no Curso de Formação Continuada, os contemplados foram: Flávio de Oliveira – (CASE – Palmas), Francinete Noleto Pinto – (USL – Araguaína) e Rosimaria Alves Braga Macedo



Adolescente - Naysângela Gomes Tenório e Senhor Jardel Alves de Souza - Gerente do Sistema Socieducativo.

- A equipe de trabalho da Gerência de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente foi mobilizada para colaborarem no período de matrícula dos candidatos para o Curso de Formação Profissional - Grupo Defesa Social e Segurança Penitenciária nos meses de outubro e novembro de 2016.
- Foi formalizada parceria entre a SECIJU e SETAS com a finalidade de ofertar Cursos de capacitação em serigrafia e artesanato com fibras naturais e panificação. Estes cursos estão previstos para acontecerem no período de 22 de dezembro de 2016 a 15 de janeiro de 2017.

#### **V – Ação 4075 - Fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

##### **a) – Pesquisa:**

- Leitura de realidade dos 139 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCAS, em questionário disponibilizado por meio de link, com o objetivo de colher dados referentes a organização (Lei de criação) e criação dos fundos municipais. Realizada no período de março a abril de 2016;
- Leitura de realidade dos Conselhos Tutelares no estado do Tocantins, em formato de link, com o objetivo de colher dados referentes às violações dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada durante os meses de março a abril de 2016.

##### **b) – Distribuição de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**

- Foi distribuído 139 Estatutos da Criança e Adolescente-ECA para os Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente nos Municípios (Lagoa do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Mateiros, Novo Acordo, Lajeado, Palmas, Arapoema, Colméia, Nova Olinda, Rio dos Bois, Araguaína, Peixe e Araguañã)



**c) – Composição do Núcleo Gestor da Escola de Conselhos – UNITINS:**

- Apoio a Formação dos Conselheiros (CMDCA's e CT's), por meio do Núcleo Gestor da Escola de Conselhos – UNITINS.
- Participação em reunião do Grupo Gestor – Escola de Conselhos para apreciação e aprovação dos certificados, foldr's e andamento do Curso de Formação para Conselheiros – 26 de outubro de 2016 – sala de reuniões da UNITINS
- **Participação na Certificação dos/as Conselheiros/as do GRUPO 1 , GRUPO 2 GRUPO 3 e GRUPO 4 – Curso de Formação Básica e Específica ofertado pela Escola de Conselhos em 2016 -Auditório da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS - 29 de novembro de 2016**

**d) – Regulamentação do Fundo Estadual - FIA:**

- Esta Gerência aguarda a regulamentação do FIA para implementar as seguintes ações deliberadas pelo CEDCA: - 01 site criado e implantado; - 04 boletins criados; - 40% dos Fundos de Direitos da Criança e Adolescente criados e regulamentados até o final de 2016.



**PLANO DE EXECUÇÃO DE AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PPA - 2016**

**GERENTE:** Jardel Alves de Souza

**PROGRAMA:**

1153 - Infraestrutura  
- Pública

**OBJETIVO:** 0284 -Promover melhorias na infraestrutura física, tecnológica e de comunicação das unidades de defesa e proteção social de acordo com as normas estabelecidas

**META DO OBJETIVO:** 12

<b>AÇÃO:</b> 1007 – Ampliação e Modernização do Sistema Socioeducativo	<b>PRODUTO:</b> Unidades modernizadas	<b>UNID.:</b> 17010 Secretaria de Defesa e Proteção Social	<b>PRIORIÁRIA</b> ?: não	<b>META FÍSICA:</b> 4	<b>META FINANCEIRA:</b> 10.900.000
--	---------------------------------------	--	-----------------------------	--------------------------	---------------------------------------

**DESCRIÇÃO DA AÇÃO:** - Construção, ampliação e reforma das Unidades Socioeducativas no Estado do Tocantins visando atender as necessidades do período planejado bem como as demandas judiciais em curso. Unidades a serem construídas: - 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína; - 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Gurupi; - 01 Unidade de Semiliberdade de Araguaína; - 01 Unidade de Semiliberdade de Palmas feminina e 01 Unidade de Semiliberdade de Palmas masculina; - 01 Unidade de Semiliberdade de Gurupi e 01 Escola Estadual de Socioeducação em Palmas. Unidades a serem ampliadas: - 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas e 01 Centro de Internação Provisória em Palmas. Unidades a serem Reformadas: 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína; - 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Gurupi; - 01 Unidade de Semiliberdade de Araguaína; - 01 Unidade de Semiliberdade de Palmas feminina e 01 Unidade de Semiliberdade de Palmas masculina; - 01 Unidade de Semiliberdade de Gurupi, - 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas, 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Gurupi, 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína, 01 – Centro de Internação Provisória de Palmas e 01 Escola Estadual de Socioeducação em Palmas. - Aparelhar as Unidades Socioeducativas (01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína; - 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Gurupi; - 01 Unidade de Semiliberdade de Araguaína; - 01 Umidade de Semiliberdade de Palmas feminina e 01 Unidade de Semiliberdade de Palmas masculina; - 01 Unidade de Semiliberdade de Gurupi, - 01





Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas, 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Gurupi, 01 Centro de Atendimento Socioeducativo de Araguaína, 01 – Centro de Internação Provisória de Palmas); Escola Estadual de Socioeducação; Núcleo de Atendimento ao Egresso e Família; Central de Vagas e Núcleo de Atendimento Integrado, com equipamentos de segurança, informática, mobiliário e veículos, visando atender com eficiência as demandas dessas Unidades no Estado.

Nº Ord	Atividades a serem realizadas	Como fazer	Período de Realização	Responsável pela informação	Meta Física Estimada	Meta Financeira (R\$10.900.000)		FT Recursos
						Custeio	Capital	
1	Ampliação e Modernização do Sistema Socioeducativo	-	2016	Flávia Nunes Nascimento			0	100
		-	2016					
		-						
<b>TOTAL</b>								





						o	tal	
1	Atendimento Continuado das Medidas Socioeducativas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Matricular os adolescentes na unidade de ensino;</li><li>- Reuniões entre equipe técnica das USLs e Centros de Internação com equipe da gestão;</li><li>- Analisar anualmente com as equipes técnicas das escolas e unidades socioeducativas os resultados do desempenho dos adolescentes/alunos na escola e nas avaliações externas.</li></ul>		Flávia Nunes Nascimento				100
<b>TOTAL</b>								





**PLANO DE EXECUÇÃO DE AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PPA - 2016**

**GERENTE:** Jardel Alves de Souza

**PROGRAMA:**

1160 Segurança Cidadã      Macrodesafio Segurança

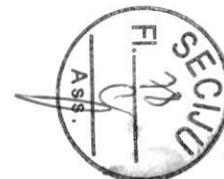
**OBJETIVO:**

0289 Assegurar atendimento aos: dependentes químicos, aos socioeducandos, às pessoas privadas de liberdade e suas famílias

**META DO OBJETIVO: 22**

<p><b>AÇÃO: 2085:</b> Implementação da Política de Atendimento Socioeducativo.</p>	<p><b>PRODUTO:</b> Fortalecimento das políticas públicas de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, nos seguintes aspectos:- Central de Vagas criada e implementada, com sistema informatizado;- Programas e Projetos voltados para inserção dos adolescentes egressos e famílias nas políticas públicas.</p>	<p><b>UNID.:</b> 18670 Fundo da criança e do adolescente</p>	<p><b>PRIORITÁRIA ?:</b> não</p>	<p><b>META FÍSICA:</b> 6</p>	<p><b>META FINANCEIRA:</b> 350.000</p>
--	---	--	--------------------------------------	----------------------------------	--

**DESCRIÇÃO DA AÇÃO:** - Apoiar a Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo, Plano Operativo Estadual; dos Planos Operativos Municipais, Projetos Políticos Pedagógicos, Regimentos Internos e Disciplinares e Planos de Segurança;- Estruturar o Núcleo de Atendimento aos Adolescentes Egressos e Famílias com recursos humanos, equipamentos e veículo, com disponibilização de espaço físico e materiais de expediente; Formação inicial da Rede Socioassistencial da Política de Atendimento





aos Adolescentes Egressos e Famílias; Realizar Mapeamento da Rede Socioassistencial do Estado; Criar um sistema informatizado para realizar o cadastro, acompanhamento e avaliação da Política de Atendimento aos Adolescentes Egressos e Famílias e dessa forma, avaliar a eficácia das medidas socioeducativas; Implementar as ações do Núcleo por meio de parcerias com a Rede de Atendimento nos municípios, com vistas a inserção dos adolescentes e famílias nas políticas ofertadas; Possibilitar a participação dos Adolescentes Egressos e Famílias por meio de concessão de auxílio financeiro; - Criar e Estruturar (recursos humanos, equipamentos, sistema informatizado para gerenciamento das vagas e movimentação de socioeducando, veículo e espaço físico) a Central de Vagas.

Nº Ord	Atividades a serem realizadas	Como fazer	Período de Realização	Responsável pelas informações	Meta Física Estimada	Meta Financeira		FT Recursos
						Custeio	Capital	





1	Implementação da Política de Atendimento Socioeducativo	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aguardar deliberação do Conselho de Criança sobre o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo;</li><li>- Aguardar deliberação do Conselho da Criança sobre os PPP das USLs e Centros de Internação;</li><li>- Encaminhar lista dos componentes do Conselho Gestor e portaria nomeando.</li><li>-Encaminhar para publicação da portaria nomeando a Comissão Disciplinar</li><li>-Treinamento com os servidores para execução e aplicação das regras regimentais</li><li>- Monitoramento das ações semanal e mensalmente</li><li>-Estruturar com equipamentos e equipe técnica o núcleo do egresso</li><li>-Levantar das demandas dos adolescentes e famílias no PIA</li><li>- Fortalecer de parceria com o Regime Aberto</li><li>-Estabelecimento de parcerias com empresas</li><li>-Visitar às famílias para levantamento das reais necessidades e encaminhamentos.</li><li>-Realizar ações de Educação para o Trabalho pra preparar os jovens e familiares para a inserção no mercado de trabalho.</li><li>-Acompanhar os adolescentes e famílias nas atividades em que estão envolvidos.</li><li>-Realizar evento envolvendo os atores do meio</li></ul>	Flavia Nunes Nascimento		0	
---	---	---	-------------------------	--	---	--





	<p>aberto e sistema de justiça para melhorar o atendimento e alinhar ações nas execuções das medidas e do acompanhamento do egresso</p> <ul style="list-style-type: none"><li>-Registrar os dados sobre entrada e saída de adolescentes</li><li>-Registrar dados sobre perfil dos adolescentes</li><li>-Registrar informações relativas ao cumprimento da medida</li><li>- Produção de relatório estatístico semanal</li><li>-Produção de relatório sobre o acompanhamento das medidas</li><li>-Elaboração de relatórios de pautas</li><li>-Inscrever os adolescentes nos programas, concursos e ações voltadas para as mias diversas áreas</li></ul>								
<b>TOTAL</b>									



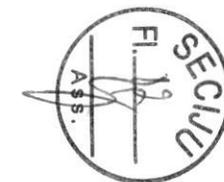


**5.6.1.2 Programa 1064 - Direitos Humanos; Unidade Gestora – 170100**

**RELATÓRIO DE GESTÃO - 2016**

**PROGRAMA 1164 – DIREITOS HUMANOS**

AÇÃO PPA	ATIVIDADES EXECUTADAS	DATA	LOCAL	META	FONTE DO RECURSO	PÚBLICO ATENDIDO	RESULTADOS ALCANÇADOS	DIFICULDADES
1026 - Construção e Manutenção do Centro de Referência em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"><li>Elaborou-se o Projeto Básico do Centro de Referência em Direitos Humanos;</li><li>Encaminhou-se com ofício ao Presidente do “TERRA PALMAS” solicitando terreno para construção e para Sec. De Infra-estrutura para elaboração do Projeto Arquitetônico.</li></ul>	Jul a Nov	Palmas	01	0100	-	Projeto básico elaborado.	Falta de equipe técnica para elaboração do projeto básico; contingenciamento de recursos que impediu o aluguel de espaço para implantação do Centro de Referência enquanto se viabiliza a construção.
2131 – Produção e disseminação de conhecimento para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.	<ul style="list-style-type: none"><li>Elaborou-se edital porém não foi publicado tendo em vista a necessidade de uma equipe técnica para avaliação de artigos e vídeos de acordo os temas e as especificidades.</li></ul>	Jun a ago	Palmas	05	0100	-	Edital elaborado e corrigido.	Devido ao contingenciamento de recursos não foi possível pagamento de editora da UFT para impressão da publicação.





<p>1006 – Ampliação dos mecanismos de diálogo, a transparência e a participação social.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Rodas de conversa com os movimentos sociais, Organizações da Sociedade, Conselhos com objetivo de potencializar a participação dos movimentos sociais nas atividades de defesa e promoção dos direitos humanos e propiciar interação entre a sociedade civil e governo para aperfeiçoar as políticas de promoção e defesa dos direitos humanos;</li><li>• Participação da Conferência Nacional Temática e Conferência Nacional de Direitos Humanos;</li><li>• Reuniões Ordinárias dos Conselhos de Direitos e Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo e Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa.</li></ul>	<p>Fev a Nov</p>	<p>Palmas; Brejinho de Nazaré; Porto Nacional; Muricilândia; Gurupi; Araguaina; Paraíso do Tocantins; Peixe; Cristalândia; Palmeirópolis; Miracema; Esperantina; Tocantinópolis; Tocantínia; Itacajá; Goiatins; Natividade; Chapada da Natividade; Barrolândia; Lagoa da Confusão; Santa Rosa; Ananás; Pedro Afonso; Arraias; Taguatinga;</p>	<p>05</p>	<p>0100</p>	<p>Integrantes de movimentos sociais; membros de conselhos de direitos; Delegados da sociedade civil e do poder público eleitos nas Conferências Regionais e Estadual.</p>	<p>Mecanismos de diálogo, transparência e participação social ampliados por meio de implantação de Conselhos Municipais de Direitos, elaboração de planejamento integrado e aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas de direitos humanos. Elaboração de propostas para implementação da política estadual de defesa e promoção dos direitos humanos. Desenvolvimento de ações de defesa e promoção dos direitos de forma integrada.</p>	<p>Falta de físico adequado para realização de oficinas com o movimento social e de di</p>
---	---	------------------	---	-----------	-------------	--	---	--





2025 – Balcão da Cidadania	<ul style="list-style-type: none"><li>• Participação de duas reuniões do Comitê Nacional de Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso a Documentação Básica.</li></ul>	Mar e out	Brasília	03	0100	Servidores da SECIJU	Reativação do Comitê Gestor do Programa do Subregistro para continuidade das ações	Ação cancelada devido ao Decreto de Contingenciamento de despesas (ação deverá ser replanejada para 2017)
2152 – Realização de atividades sobre os direitos humanos.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de 02 audiências Públicas sobre Trabalho Escravo contemporâneo;</li><li>• Realização de 01 Seminário sobre Trabalho Escravo;</li><li>• Realização de 01 caminhada em alusão ao Dia Internacional da Síndrome de Down;</li><li>• Realização de 05 palestras sobre Síndrome de Down</li><li>• Realização de 03 oficinas sobre Trabalho Escravo contemporâneo;</li><li>• Realização de 01 reunião pública sobre Diversidade Religiosa;</li><li>• Realização de 03 palestras sobre Promoção da Igualdade Racial;</li><li>• Realização de uma</li></ul>	Fev a Dez	Palmas; Araguaina; Gurupi; Tocantínia; Formoso do Araguaia;	07	0100	Sociedade civil; professores e alunos da Educação Básica; Professores e alunos da Educação Superior	Atividades sobre Direitos Humanos realizadas em parceria com movimentos sociais e órgãos federais e estaduais.	Falta de equipe técnica e ampliação da parceria com órgãos estaduais e federais que são responsáveis pela política de proteção e defesa dos direitos humanos.





	<p>caminhada cívica referente ao dia nacional de combate a violência contra a pessoa idosa;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de 01 Seminário de Educação em Direitos Humanos</li><li>• Realização de 03 Fóruns sobre Direitos dos Povos Indígenas;</li><li>• Realização de 01 Conferência Estadual dos Povos Indígenas para criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas;</li><li>• Lançamento do Projeto TO sem LGBTQFobia;</li><li>• Realização de 01 Seminário de Direitos Humanos;</li><li>• Realização do I Prêmio de Boas Práticas em Direitos Humanos.</li></ul>							
2079 – Fortalecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais e da Rede de Promoção de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacitação de apoio a implementação de 20 conselhos municipais da pessoa com deficiência;</li><li>• Aquisição de equipamentos de informática para o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa por meio do convênio;</li></ul>	Fev a Dez	Palmas; Peixe; Araguaina; Brejinho de Nazaré; Araguaçu; Gurupi; Porto Nacional	09	0100 e 0225	Conselhos estaduais e municipais de direitos;	Conselhos estaduais e municipais implantados, fortalecidos e rede de promoção e defesa dos direitos capacitada.	Contingenciamento dos recursos; não foi possível ampliar as atividades para os municípios devido ao fato de não poder custear despesas para conselheiros





	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implantação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;</li><li>• Capacitação e apoio a implantação de 15 conselhos municipais de direitos da Pessoa Idosa;</li><li>• Implantação do Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Tocantins;</li></ul>							estaduais; melhor integração dos órgãos estaduais e federais que fazem parte dos conselhos, sobretudo para custear despesas em ações integradas.
--	---	--	--	--	--	--	--	--



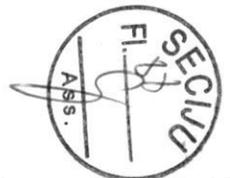


2087 – Implementação da Política Estadual de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de diagnóstico em parceria com MPF e UFT sobre alcoolismo nas Aldeias Karajá;</li><li>• Elaboração de histórico e apoio as associações de sete comunidades quilombolas para certificação;</li><li>• Oficinas de elaboração do Plano Estadual de Políticas para Pessoa com Deficiência;</li><li>• Elaboração do Plano Estadual para Pessoa Idosa e Envelhecimento Ativo;</li><li>• Elaboração do Plano Estadual de Políticas em Defesa e Proteção em Direitos Humanos;</li><li>• 01 Seminário sobre trabalho escravo;</li><li>• 02 Reuniões públicas sobre Trabalho Escravo;</li><li>• 02 reuniões Públicas sobre Diversidade Religiosa;</li><li>• 03 oficinas sobre Trabalho Escravo Contemporâneo;</li><li>• 01 Seminário sobre Educação em Direitos Humanos.</li></ul>	Mar a Dez	Palmas	08	0100	Sociedade civil; movimento social; conselheiros; membros de conselhos; professores e da Educação Básica e da Educação Superior; Líderes Religiosos; membros de religiões de matriz africana;	Política estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos implementada em parceria com órgãos estaduais, federais e movimento social.	Contingenciamento de recursos; falta equipe técnica; falta espaço físico para funcionamento dos conselhos de direitos.
--	---	-----------	--------	----	------	--	---	--



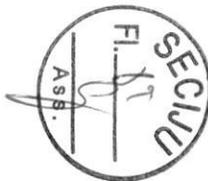


3035 – Implantação do Núcleo de Atendimento ao Dependente Químico e Familiares	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aquisição de mobiliário para núcleo; Abertura de processos para aquisição de veículo e demais itens de mobiliário para implantação do núcleo;</li><li>• Aluguel e reforma do espaço físico para implantação do núcleo; Contratação da equipe técnica multidisciplinar;</li><li>• Realização de 02 visitas técnicas aos Núcleos de Atendimento ao Dependente Químico de Maceió e Recife;</li><li>• Abertura dos processos de contratação de palestrantes, hospedagem e alimentação para realização das capacitações das equipes multidisciplinares e realização do I Congresso Estadual de Políticas sobre Drogas.</li></ul>	Mar a Dez	Palmas	01	0100 e 0225	Equipe técnica	Núcleo de atendimento ao dependente químico e familiares implantado.	Devido ao contingenciamento de recursos não foi possível ainda em 2016 colocar o núcleo em funcionamento; Morosidade dos processos de aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para equipar o núcleo.
4007 – Atendimento aos Dependentes de Substâncias Psicoativas lícitas e ilícitas.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manutenção da parceria com 05 entidades sem fins lucrativos para internação voluntária;</li><li>• Encaminhamento de 09 pessoas para internação em comunidades terapêuticas;</li><li>• Credenciamento de 05 comunidades terapêuticas para vagas sociais;</li></ul>	Fev a Dez	Palmas; Porto Nacional e Lajeado	30	0100 e 0104	Usuários abusivos de álcool e outras drogas e familiares; comunidade em geral.	Atendimento aos dependentes de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas realizado.	





4063 – Fortalecimento da Política Estadual sobre Drogas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio a implantação e capacitação de conselheiros de 10 Conselhos Municipais sobre Drogas;</li><li>• Realização da 14ª Semana Estadual sobre Drogas;</li><li>• Realização de 01 campanha de combate ao uso das drogas;</li><li>• Realização de Pesquisa Institucional sobre uso de drogas em 69 municípios em parceria com UNITINS;</li><li>• Realização de reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas para avaliação e aprovação das ações propostas;</li></ul>	Fev a Dez	Palmas; Araguaina; natividade; Porto Nacional;	07	0100 e 0104	Conselheiros estaduais e municipais; sociedade em geral.	Política estadual sobre drogas fortalecida em parceria com a sociedade civil organizada, órgãos estaduais e municipais.	Falta equipe técnica para a gerência; espaço físico adequado e suficiente para a equipe.
--	--	-----------	--	----	-------------	--	--	---





**AÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2016**  
**DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

<b>Nº PPA</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ação Realizada</b>	<b>Resultado/Entrega</b>	<b>Data/Realizada</b>
<b>Ação 2072</b>	Fortalecimento das ações Viva Mulher: As Unidades Móveis são ônibus adaptados que levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da Floresta, do Campo e das Águas, como: prevenção, assistência, apuração, investigação e acompanhamento á vítima de violência doméstica e familiar.	Palestras sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade, orientações jurídicas e psicológicas e Assistência Social, Palestra sobre a saúde da mulher, emissão de CPF, Oficinas de Geração de Renda	<b>Cidades atendidas:</b> SÍTIO NOVO, AXIXÁ, ESPERANTINA, SÃO MIGUEL	Março de 2016
<b>Ação 2072</b>	Fortalecimento das ações Viva Mulher: As Unidades Móveis são ônibus adaptados que levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da Floresta, do Campo e das Águas, como: prevenção, assistência, apuração, investigação e acompanhamento á vítima de violência doméstica e familiar.	Palestras sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade, orientações jurídicas e psicológicas e Assistência Social, Palestra sobre a saúde da mulher, emissão de CPF, Oficinas de Geração de Renda	<b>Cidades atendidas:</b> SÍTIO NOVO, AXIXÁ, ESPERANTINA, SÃO MIGUEL PEQUISEIRO, JUARINA, BERNARDO SAYÃO, PAU D'ARCO, ARAPOEMA, NOVA OLINDA, NOVA OLINDA	Abril de 2016
<b>Ação 2072</b>	Fortalecimento das ações Viva Mulher: As Unidades Móveis são ônibus adaptados que levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência da Floresta, do Campo e das Águas, como: prevenção, assistência, apuração, investigação e acompanhamento á	Palestras sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade, orientações jurídicas e psicológicas e Assistência Social, Palestra sobre a saúde da mulher, emissão de CPF, Oficinas de Geração de Renda	Obs: Segundo laudo técnico conforme anexo as Unidades Móveis foram para manutenção e a ação não pode ser realizada. Obs: 1.180 mulheres atendidas	Novembro, Dezembro de 2016.



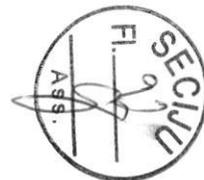


	vítima de violência doméstica e familiar			
<b>Ação 2041</b>	Regulamentação, implementação e Monitoramento do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher	Ação em análise jurídica. O ano de 2016 foi um ano atípico, cheio de dificuldades financeira para o Estado, aliás para o Brasil, considerando essa particularidade a ação não foi contemplada e entra para o planejamento de 2017.		
<b>Ação 2067</b>	Fortalecimento da Casa Da Mulher Brasileira e Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência nos municípios de Araguaína, Gurupi, Tocantinópolis (implantação) e Augustinópolis, Natividade e Arraias (fortalecimento)	<p>Casa da Mulher Brasileira do Tocantins – A Diretoria da Mulher articulou com as empresas Energisa e Saneatins/Odebrecht quanto aos protocolos de instalação hidráulica e elétrica que à época foi aprovado pela empresa, mas houve alterações na data de entrega por parte da SPM/MJC. Segundo a SPM/MJC houve problemas na licitação e com a transição de governo atrasou a entrega, de forma que o terreno está assegurado pela prefeitura aguardando a liberação de Brasília para o início de novas licitações e consequentemente início da construção que está prevista para segundo semestre de 2017.</p> <p>Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência</p> <p>Visitas foram feitas aos municípios de Araguaína, Augustinópolis e Gurupi para articular com os prefeitos a implantação dos Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, os mesmos até o momento não se pronunciaram para realização da Ação dos quais dependem a entrega de todos os equipamentos e mobílias que já foram adquiridos, para inauguração dos Centros. Por fim, solicitamos ao CPVID-TJ</p>	<p>(Casa da Mulher Brasileira) Ação adiada</p> <p>Centros de Referência visitados: (Augustinópolis)</p> <p>Municípios visitados para articulação da implantação dos Centros: Araguaína e Gurupi</p>	<p>05/01 a 07/01/2016</p> <p>03 a 04/02/2016</p>





		(Centro de Prevenção às Vítimas de Violência do TJ-TO a criação de uma equipe formada pelo MP-TO, TJ-TO, DP-TO e SECIJU para uma audiência com os gestores afim de planejar a realização desta ação que depende exclusivamente dos prefeitos cumprirem o que é de sua responsabilidade em relação aos Centros de Atendimento às Mulheres. Acredita-se que com a presença de vários poderes a compreensão seja mais rápida.		
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM – Fortalecimento das Políticas Públicas para as Mulher – promoção de eventos educativos nas escolas, comunidades e sociedade em geral conjuntamente com a Rede de Atendimento às Mulheres, capacitações, cursos sobre gênero, apoio aos conselhos municipais, promover as Conferências Municipais e Estadual e às delegadas eleitas nas municipais e estadual, assistir às Mulheres e familiares pela Rede.	Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres Realizadas.  Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres Realizada.	Municípios: Araguaína, Colinas, Dianópolis, Figueirópolis, Gurupi, Miranorte, Natividade, Palmas, Pau D'Arco, Porto Nacional, São Félix do Tocantins e Tocantinópolis Palmas Participaram 414 mulheres entre delegadas, convidadas e participantes	Segundo Semestre de 2015 a Janeiro de 2016  16 e 17 de fevereiro de 2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	Reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher	Quatro reuniões realizadas em Palmas.	Reuniões trimestrais 2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	A Diretoria de Políticas para as Mulheres realizou atendimento emblemático a uma vítima de violência, envolvendo 3 Estados, Pernambuco, Tocantins e Goiás	O atendimento tirou a mãe e dois filhos que estavam com a vida sob risco de morte	Início da ação 27/06/216, concluída 16/08/2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para as Mulheres - A Diretora de Políticas para as Mulheres participou de reuniões do Fórum	Recife – PE	13/06 a 16/06/2016 11/12 a





		Nacional de Gestoras de Políticas para as Mulheres	Bélem - PA	13/12/2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	Reuniões do Fórum de Mulheres da Floresta, do Campo e das Águas e Câmara Técnica	Realizadas em Colinas, Paraíso e Palmas	Primeiro Semestre de 2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	Datas Temáticas: Dia Internacional da Mulher, Campanha 16 Dias de Ativismo e Campanha do Laço Branco	Palestras em Escolas Municipais e Estaduais, realizadas	Primeiro e Segundo Semestre de 2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	Participação em eventos externos	Cursos, Seminários, Conferências.	Todo o ano de 2016
<b>Ação 2013</b>	Apoio ao CEDIM	Participação reuniões do CPVID/TJ A CPVID – Comissão de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar do TJ-TO, visa articular e promover a Política para a Mulher junto a toda a Rede de Atendimento à Mulher no Tocantins, em especial agilizar os processos da Lei Maria da Penha	Reuniões realizadas pela Vara da Violência Doméstica – Fórum da Comarca de Palmas	Primeiro e Segundo semestre de 2016

**Conclusão:** O ano de 2016 proporcionou experiências muito forte a economia do país e com isso trouxe sérias consequências para os Estados e Municípios. Uma delas foi afetar diretamente a realização das ações planejadas, em especial as pertinentes às políticas para as Mulheres que ainda não atingiram seu ápice. Não significa que permanecerá assim, a tendência é o Estado Brasileiro se adequar para o Empoderamento da Política para as mulheres, pois é sabido que é esta Política que minimizará a violência geral nas suas especificidades.

Ana Maria Guedes Vanderlei  
Diretora de Políticas para as Mulheres – TO  
[anavanderlei@yahoo.com.br](mailto:anavanderlei@yahoo.com.br)  
(63) 9 84091011





**5.6.1.3 Programa 1031 Direitos Humanos; Programa 1064 - Direitos Humanos - Unidade Gestora - 18910**

**Formulário de ações realizadas em 2016**

<b>Nº PPA</b>	<b>Ação realizada</b>	<b>Descrição</b>	<b>Resultado/Entrega</b>	<b>Data/Realizada</b>
	Reunião com KAKOS	Articulação com grupo de teatro	Reunião realizada	27/01/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião do Conselho Visita no local de instalação do Núcleo	Política Sobre Drogas	Realizada	03/02/2016
	Reunião com a Secretária	O Gerente José Américo se reúne com a Secretária Gleidy Braga, a fim de discutirem as ações da Gerência de Prevenção Contra as Drogas.	Reunião realizada	04/02/2016
<b>Ação 4063</b>	Evento - Grande oriente do Brasil	O Gerente José Américo participa de Evento Beneficente	Evento realizado	18/02/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião do Conselho Viviane / Amilton e André Luis	Articulação do Conselho CEAD/TO	Reunião realizada	19/02/2016
	Reunião do PPA - convênio	Articulação sobre convênios	Reunião realizada	23/02/2016
<b>Ação 4063</b>	Evento – Sobre drogas em Brejinho de Nazaré/TO	Palestra sobre a prevenção contra as drogas	Evento realizado	24/02/2016
	Reunião no auditório do meio ambiente	Planejamento estratégico e modelo do mini projeto	Reunião realizada	01/03/2016
<b>Ação 4063</b>	Evento em Brasília – IV encontro dos Presidentes dos Conselhos Estaduais. XXIV – encontro do colegiado de presidentes – Ministério da Justiça – CEAD/TO	O Gerente José Américo participa de eventos de Prevenção Contra as Drogas.	Evento realizado	02 e 03/03/2016
<b>Ação 4063</b>	Seminário com as Comunidades Terapêuticas em Paraíso do Tocantins	Política sobre drogas	Seminário realizado	04/03/2016
	Ação no semi Aberto com a NA	Roda de conversa sobre dependência química	Ação realizada	05/03/2016





<b>Ação 4063</b>	Reunião Conselho Estadual sobre CEAD/TO	Política sobre drogas	Reunião realizada	09/03/2016
	Cinema no SESC com as mulheres da Fazenda da Esperança.	O Gerente José Américo leva mulheres em tratamento de dependência química da Fazenda da Esperança para assistir filme.	Reunião realizada	23/03/2016
	Viagem para Maceió/AL	Visita ao projeto Acolhe	Realizada	27/03/2016 a 03/04/2016
	Reunião Júnior e Geraldir	Sobre convênios	Reunião realizada	04/04/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião – Conselho – CEAD/TO	Política sobre drogas	Reunião realizada	06/04/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião no Ministério Público Federal	Sobre a mortandade e o consumo de álcool e outras drogas nas aldeias	Reunião realizada	13/04/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião UNITINS	Políticas sobre Drogas	Reunião realizada	24 e 25 /04/2016
<b>Ação 4063</b>	Entrevista TV Anhanguera Reunião Defensoria Pública	Políticas sobre Drogas	Entrevista realizada	02/05/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião GPD/Conselho	Políticas sobre Drogas	Reunião realizada	04/05/2016
<b>Ação 4063</b>	Viagem – santa Terezinha – TO Seminário dos Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas	Seminário dos Conselhos Municipais de Política Sobre Drogas	Seminário realizado	16/05/2016
	Guaraí/TO	O Gerente José Américo participa de evento da Política sobre drogas em Guaraí/TO	Evento realizado	17/05/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião DPE	Políticas sobre Drogas	Reunião realizada	24/05/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião UNITINS - CEDECA	Políticas sobre Drogas	Reunião realizada	25/05/2016
	Reunião – Secretária Gleidy Braga	O Gerente José Américo se reúne com a Secretária Gleidy Braga, a fim de discutirem as ações da Gerência de Prevenção Contra as Drogas.	Reunião realizada	31/05/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião-Conselho CEAD/TO	Políticas sobre Drogas	Reunião realizada	01/06/2016
<b>Ação 4007</b>	Atendimento	Aos familiares de Dependentes Químicos	Atendimento realizado	08/06/2016
	Reunião no Juizado	Especializado da Infância e Juventude	Reunião realizada	10/06/2016
<b>Ação 4007</b>	Atendimento a familiares de Dependentes	Aos familiares de Dependentes Químicos.		14/06/2016



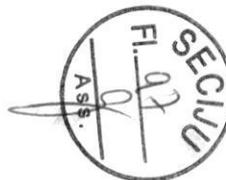


	Químicos. Reunião – Secretária de Educação de Lajeado – Anice. Reunião – Palestrante sobre Drogas	O Gerente José Américo confirma participação em evento - Lajeado/TO. Confirmação de palestrante em evento no Colégio Tiradentes – Palmas/TO.	Realizados	
	Encontro de gestores – Guaraí - TO	Encontro Regional da Juventude e Gestores Municipais.	Evento realizado	15/06/2016
<b>Ação 4063</b>	Evento – Lajeado -TO	Palestra Política Sobre Drogas	Evento realizado	16/06/2016
<b>Ação 4063</b>	Evento – Paraíso do Tocantins	Palestra Política Sobre Drogas	Evento realizado	17/06/2016
<b>Ação 4007</b>	Atendimento Reunião – Conselho dos Humanos	Aos familiares de Dependentes Químicos.	Atendimento realizado	21/06/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião da Câmara Técnica – DENARC. Evento Oficial de Lançamento – Congresso – Amor Exigente.	Políticas sobre drogas/ Sobre Fiscalização de Convênios	Reunião realizada	22/06/2016
	Reunião - Sandra	Sobre Convênio/Emenda Parlamentar	Reunião realizada	23/06/2016
<b>Ação 4063</b>	Evento Sobre Drogas – Palmas/TO.	Dia Mundial de Combate ao Tráfico de drogas– Palestra Colégio Tiradentes	Evento realizado	24/06/2016
<b>Ação 4063</b>	Reunião dos Presidentes dos Conselhos Estaduais – Sala de Reunião da SETAS	Políticas sobre Drogas	Reunião realizada	28/06/2016
	Reunião – Secretária Gleidy Braga Reunião- Câmara Técnica	O Gerente José Américo se reúne com a Secretária Gleidy Braga, a fim de discutirem as ações da Gerência de Prevenção Contra as Drogas. Políticas sobre Drogas	Realizadas	29/06/2016
	Evento - Santana do Araguaia/PA	Informativo dos Narcóticos Anônimos	Evento realizado	30/06/2016
	REUNIÃO CEDCA: SALA DA DIRETORIA (DIREITOS HUMANOS)	Revisão a cerca do Edital de Chamamento Público, onde serão selecionados Artigos Científicos.	Reunião Realizada.	01/07/2016





	Entrevista: Sala da Gerência Sobre Drogas	Foi realizada Entrevista Pela Rede Record de Televisão, na qual foi entrevistado o Gerente sobre drogas (Junior Américo). Na ocasião foi detalhado sobre a Implantação do Núcleo de Atenção aos Dependentes Químicos e as Famílias e sobre a construção do Centro de Tratamento para Dependentes Químicos em Palmas que atenderá a 40 vagas.	Realizada	04/07/2016
	IMPLANTAÇÃO: Implantação do Núcleo de Atenção aos Dependentes Químicos e as Famílias. Na 704 SUL	O núcleo será aberto ao Público, onde serão realizados os encaminhamentos necessários.	Em andamento	05/07/2016
	Atendimento e Encaminhamento de dependente químico para tratamento.	Dependente químico encaminhado para tratamento na C.T. Fazenda da Esperança de Lajeado	Enc. Realizado	05/07/2016
	Reunião – CONESD/TO	Políticas sobre Drogas.	Reunião Realizada	06/07/2016
	REUNIÃO: SALA DA GERÊNCIA SOBRE DROGAS	Planejamento das ações a serem desenvolvidas no Núcleo de Atenção aos Dependentes Químicos e as Famílias.	Reunião Realizada	10/07/2016
	SEMINARIO DE CAPACITAÇÃO: SALA DA GERÊNCIA SOBRE DROGAS	Planejamento do II Encontro Estadual Sobre Drogas no Tocantins. Público alvo; representantes Municipais, Estaduais, Federais e membros das comunidades que abordam o tema.	Em andamento	-----





	Atendimento e Encaminhamento de dependente químico para tratamento.	Dependente químico encaminhado para tratamento na C.T. Fazenda da Esperança de Porto Nacional	Enc. Realizado	02/08/2016
	Reunião – CONESD/TO Viagem – Peixe – TO Seminário dos Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas	Políticas sobre Drogas. Seminário dos Conselhos Municipais de Política Sobre Drogas	Seminário realizado	03 e 04/08/2016
	Visita Técnica – Comunidade Terapêutica	O Gerente José Américo faz visita técnica a Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança em Porto Nacional	Visita Realizada	12/08/2016
	Atendimento e Encaminhamento de dependente químico para tratamento.	Dependente químico encaminhado para tratamento na C.T. Fazenda da Esperança de Porto Nacional	Enc. Realizado	12/08/2016
	Acompanhamento/Comunidade Terapêutica	O Gerente José Américo juntamente com Psicólogo Ibenéias e a Assistente Social Railde acompanho a adolescente em tratamento a Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança em Porto Nacional.	Realizado	15/08/2016
	Visita Técnica – Comunidade Terapêutica	Equipe da Gerencia de Prevenção Contra as Drogas faz visita técnica a Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança	Visita Realizada	22/08/2016





	Araguaína – TO Seminário dos Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas	Seminário dos Conselhos Municipais de Política Sobre Drogas	Realizado	23 à 26/08/2016
	Reunião – CONESD/TO	Políticas sobre Drogas.	Reunião Realizada	05/09/2016
	Atendimento ao dependente químico e família.	Atendimento realizado ao dependente químico e família e orientado a procurar o CAPS AD.	At.. Realizado	09/09/2016
	XIX SEMANA ESTADUAL SOBRE DROGAS: PALMAS-TO e OUTROS MUNICIPIOS.	APRESENTAÇÃO GRUPO DE ARTE e ARTE GRAFICA. Contemplando os municípios de Paraíso do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Dianópolis e Chapada da Natividade Tocantins.	Realizada	12 à 17/09/2016
	CONVÊNIOS: Fazenda da Esperança de Porto Nacional, Palmas, Lajeado, Rhema e Leão de Judá.	Firmamento de Contratos em Instituições Parceiras (Comunidades Terapêuticas) destinados a atender 40 Vagas para o tratamento de dependentes químicos.	Realizado	22/09/2016
	Reunião – Sec. Infraestrutura	Sobre Projeto da Clínica para tratamento de dependente químico.	Reunião realizada	23/09/2016
	Reunião – Sec. Seg. Pública	Política Sobre Drogas	Reunião realizada	
	Reunião com a Secretária e Alessandra da UNITINS.	Sobre a Pesquisa do uso de Álcool e outras drogas nos municípios Tocantinenses.	Reunião realizada	30/09/2016





Visita técnica ao Programa Atitude em Recife – PE.	O Gerente José Américo juntamente com a Secretaria de Estado – Gleidy Braga, a Assistente Social - Railde e o Assessor Especial - Geraldin conheceram o Programa ATITUDE - Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, que é um Programa do Governo do Estado de Pernambuco coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos através da Gerência Geral de Políticas sobre Drogas.	Visita realizada	04 à 11/10/2016
Reunião com a Diretoria dos Direitos Humanos	Articulação referente ao Núcleo de Atenção ao Dependente Químico e seus Familiares;	Reunião realizada	13/11/2016
Reunião Ordinária do CONESD/TO	Política Sobre Drogas	Reunião realizada	14/10/2016
Talismã – TO. Encontro	Encontro dos Narcóticos Anônimos	Enc. realizada	20/10/2016
Reunião - Assembléia Legislativa do Tocantins	Reunião com o Deputado sobre Emenda parlamentar.	Reunião realizada	25/10/2016
Reunião – Sec. Estadual da Fazenda	Política Sobre Drogas	Reunião realizada	26/10/2016
Reunião Ordinária do CONESD/TO	Política Sobre Drogas	Reunião realizada	04/11/2016
Reunião - Convênio	Política Sobre Drogas	Reunião realizada	07/11/2016
Reunião - Assembléia Legislativa do Tocantins	Reunião com o Deputado Eli Borges, sobre emenda parlamentar...	Reunião realizada	08/11/2016
Reunião - Assembléia Legislativa do Tocantins	Reunião com o Deputado Eli Borges, sobre emenda parlamentar...	Reunião realizada	09/11/2016
Reunião – Sec. infraestrutura	Sobre Projeto da Clínica para tratamento de dependente químico.	Reunião realizada	10/11/2016
Reunião - Assembléia Legislativa do Tocantins	Reunião com o Deputado Eli Borges, sobre emenda parlamentar...	Reunião realizada	10/11/2016
Atendimento ao dependente químico.	Atendimento realizado ao dependente químico.	At. realizado	11/11/2016





Reunião no Gabinete	O Gerente José Américo se reúne com a Secretária Gleidy Braga, a fim de discutirem as ações da Gerência de Prevenção Contra as Drogas.	Reunião realizada	15/11/2016
Atendimento e Encaminhamento de dependente químico para tratamento.	Dependente químico encaminhado para tratamento na C.T. Fazenda da Esperança Lajeado.	Enc. Realizado	25/11/2016
Visita Técnica – Comunidade Terapêutica	O Gerente José Américo faz visita técnica a Comunidade Terapêutica RHEMA no setor taquari	Visita realizada	12/12/2016
Atendimento ao dependente químico.	Atendimento realizado ao dependente químico.	Não encaminhado	15/12/2016





**5.6.1.4 Programa 1160 Segurança Cidadã - Unidade Gestora – 170100**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PRISIONAL**  
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA PENITENCIÁRIA E**  
**PRISIONAL**  
**DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA O SISTEMA**  
**PRISIONAL**

**Relatório de Gestão 2016**

**APRESENTAÇÃO**

A Diretoria de Políticas e Projetos de Educação para o Sistema Prisional (DPPEPSP) é uma instância da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins responsável pela gestão e execução de políticas públicas voltadas à promoção e proteção dos direitos, às assistências básicas, das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) no Sistema Penitenciário do Estado, conforme prevê a Lei de Execução Penal Brasileira (LEP, Lei nº 7.210, de 1984), a saber: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V – social e VI - religiosa. Além de atender as pessoas privadas de liberdade, no transcurso do cumprimento da pena, a atuação da Diretoria é extensiva às pessoas que, legalmente, são consideradas egressas do sistema prisional, tendo como norte o cumprimento da pena de maneira humanizada, promovendo o retorno e inserção das PPL e egressas com êxito na sociedade mais ampla (extramuros). A DPPEPSP funciona hoje com uma equipe composta por um Diretor de Políticas e Projetos de Educação do Sistema Prisional, um Gerente de Reintegração Social, Trabalho e Renda do Preso e Egresso, duas agentes administrativas e três Técnicos de Projetos, os quais atendem, direta e indiretamente, a um público de 3458 pessoas privadas de liberdade e cerca de 340 pessoas egressas<sup>1</sup>.

Este relatório de gestão tem por finalidade apresentar um balanço das ações desenvolvidas pela referida Diretoria no transcurso do ano (2016). Como metodologia geral de trabalho, a Diretoria passou a orientar sua atuação por três etapas fundamentais: I – Estudo,

<sup>1</sup> Dados da Superintendência do Sistema Penitenciário Prisional da SECIJU referentes a dezembro de 2016.



II – Planejamento e II – Ação; expressas no Plano de Gestão 2016 que apresenta o planejamento macro das ações anuais da Diretoria.

### AÇÕES DO PPA

Com a reformulação do Planejamento Plurianual do Estado no segundo semestre de 2015, a DPPESP passou a contar com 05 ações no PPA/2016-2019, desenvolvidas conforme apresentado abaixo:

**Ação/PPA 1055** – Implantação e Subvenção da Fundação Vida Nova (Fundação de Prevenção à Violência e ao Encarceramento- FUNPREVE)

Atividades Executadas	Fonte de recuso	Resultados Alcançados	Dificuldades Encontradas
Abertura de processo (2016/17010/000937) para contratação de consultoria para apresentar proposta da Fundação.	0100 – Recurso Estadual	-	Despacho da assessoria jurídica recomendando o arquivamento dos autos nº 2016/170010/000937 e 2016/170010/000936, e abertura de novo processo juntando os objetos dos anteriores por se tratar de serviços que podem ser licitados conjuntamente e divididos por item.

**Ação/PPA 2040** – Criação e gerenciamento das centrais de alternativas penais e monitoramento eletrônico

Atividades Executadas	Fonte de recuso	Resultados Alcançados	Dificuldades Encontradas
Aberto processo (nº 2016/17010/002676) para aquisição de materiais permanentes ( itens desertos do processo 2015/17010/000244	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	-	-



Abertura do processo (2015/17010/000244) para aquisição de mobiliário	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	Mobiliários adquiridos parcialmente.	Ausência de propostas nas licitações
Abertura do processo (2015/17010/000172) para aquisição de Switchs e cabos	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	-	Foi aberto processo único de aquisição de Switchs e cabos para todos os convênios da secretaria, resultando na demora da aquisição.
Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça (processo 2016/17010/002555) para implantação da CEPEMA	-	Aberto processo para realização de acordo de cooperação com TJ/TO, elaborada minuta e aguardando copias dos documentos pessoais do presidente do órgão párea dar seguimento ao processo.	O gabinete da presidência não está respondendo os e-mails e solicitações para encaminhamento dos documentos pessoais do presidente do TJ/TO.
Constituição da equipe responsável pela elaboração do edital e seleção do pessoal. (processo 2016/17010/000881)	-	Equipe constituída, edital elaborado, realizada a seleção.	-
Seleção da equipe técnica que atuará na 1ª CEPEMA (processo 2016/17010/000881)	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	Objetivo alcançado, equipe técnica selecionada em fase de contratação.	-
Credenciamento de Professores que atuarão no curso de Formação da 1ª CEPEMA (processo 2016/17010/000881)	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	Professores selecionados e em fase de contratação com exceção de professor que irá ministrar a disciplina de alternativas penais, tendo em vista que não houveram interessados	Ausência de interessados para ministrar a disciplina de Alternativas Penais, bem como, problemas na forma de contratação escolhida (credenciamento).



**Ação/PPA 2066** – Formação, qualificação profissional e empregabilidade para pessoas privadas de liberdade e egressas.

Atividades Executadas	Fonte de recurso	Resultados Alcançados	Dificuldades Encontradas
Abertura de processo (2013/17010/0001028) para aquisição de consumo/insumos para panificadoras nas Unidades Prisionais CPP-Palmas, UTPBG-Araguaína e CRSLA-Cariri.	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	Adquirido apenas o açúcar para implantação das panificadoras nas unidades prisionais CPP-Palmas, UTPBG-Araguaína e CRSLA-Cariri.	Não obtiveram propostas para o restante dos itens licitados para aquisição de consumo/insumos, havendo necessidade de abertura de novo processo (2016/17010/002673)
Abertura de processo – (2016/17010/002672) para contratação de empresa para ministrar o curso de panificação nas 3 unidades do PROCAP 2012	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	Instituição (SENAI) contratada para ministrar o curso na UTPBG. Curso em andamento.	Ausência de instituições que tenha interesse e capacidade técnica para realizar parcerias e ministrar os cursos nas unidades CPP e CRSLA. Porém, já foi aberto processo (2016/17010/00080) para contratação de serviços para cursos em panificação nas unidades supracitadas.
Aberto processo (2013/17010/001030) para aquisição de material permanente para as unidades CPP-Palmas, UTPBG-Araguaína e CRSLA-Cariri.	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	Todos os itens foram adquiridos e entregues nas unidades	-
Aberto processo (2014/17010/000138) para aquisição de material de consumo não durável para as unidades CPP-Palmas, UTPBG-Araguaína e CRSLA-Cariri.		Todos os itens foram adquiridos e entregues no almoxarifado (alguns já entregues nas unidades), com exceção das 30 assadeiras para pão francês que foram adquiridas	



		através do processo Nº 2016/17010/991 e entregues no almoxarifado	
Abertura do processo (2016/17010/00020) para aquisição de material para desenvolver o projeto "Arte que faz crescer"	0100 – Recurso Estadual	Elaborada minuta de termo de contrato com a empresa vencedora.	Proferido despacho pela ASSEJUR encaminhando os autos a Diretoria de Administração e Finanças para providências relativas a elaboração de justificativa quanto a necessidade de contratação, sob argumentos de que somente a justificativa contida no termo de referência não supre o ordenamento legal, bem como recomendando a atualização das certidões de regularidade fiscal que estiverem vencidas.
Abertura do processo (2016/17010/000550) para aquisição de material para implantação das Hortas Tecnológicas	0100 – Recurso Estadual	-	Os itens constantes no termo de referência para aquisição de materiais para atividades agrícolas e de capacitação não obtiveram propostas, bem como a Diretoria de Administração e Finanças proferiu despacho informando que os decretos nº 5378 e 5486 prevêem medidas de contenção de gastos bem como, informando a falta de recursos orçamentários para suprir toda a demanda da pasta.
Abertura do processo (2016/17010/0486) para aquisição de máquinas para as Fábricas de Artefatos de Concreto	0100 – Recurso Estadual e 0225 Recurso de Convênio	Alguns itens foram adquiridos e o contrato está em fase de assinatura.	Alguns itens foram fracassados, havendo necessidade de elaboração de novo termo de referência



			para aquisição dos demais itens.
Aberto processo (2016/17010/1086) para aquisição de materiais de consumo para as unidades CPP-Palmas, URSA-Palmas, CRSLA-Cariri e UTPBG-Araguaina do PROCAP 2015	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	-	-
Cooperação técnica com a empresa CENED para formação profissional das PPL a nível técnico (Processo nº 2016/17010/000759)	0100 – Recurso Estadual	-	Despacho da Procuradoria Geral do Estado Orientando à SECIJU, em conjunto com a SEDUC, Conselho Penitenciário e o Juízo de Execução Penal, empreender estudos destinados à elaboração de um Plano Estadual de Educação para o Sistema Prisional, estabelecendo critérios que possibilitem o credenciamento de escolas profissionalizantes e de requalificação profissional de sentenciados.
Cooperação Técnica com a Defensoria Pública e Ação Arquidiocesana para desenvolver o projeto “Linha e Arte: um recomeço” (processo nº 2015/17010/000529)	0100 – Recurso Estadual	Cooperação Técnica assinada e projeto em execução na UPF-Palmas	-
Cooperação Técnica com a Empresa Borges e Costa para oferta de trabalho de empalhamento de móveis para presos da CPP/Palmas (processo 2015/17010/000519)	0100 – Recurso Estadual	Cooperação Técnica assinada e projeto em execução na CPP de Palmas	-

**Ação/PPA 2130** – Elaboração de políticas voltadas para pessoas privadas de liberdade e egressas

Atividades Executadas	Fonte de recuso	Resultados Alcançados	Dificuldades Encontradas
Abertura de processo (2015/17010/000243) para aquisição de maquinário para aparelhamento de duas unidades básicas de saúde	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convenio	-	Indeferimento do grupo GESTOR por falta de recurso orçamentário, fonte 0100/tesouro, no qual sugeriu o



			orçamento para o exercício de 2017.
Abertura de processo (2016/17010/000487) para aquisição de maquinário para aparelhamento de 6 unidades básicas de saúde	0100 – Recurso Estadual e 0225_ Recurso de Convênio	-	O processo para aquisição de aparelhamento foi arquivado por constar no termo de referência materiais hospitalares, matérias de informática e materiais permanentes. Portanto, Foram abertos novos processos (2016/17010/2686 – 2016/17010/002688 – 2016/17010/002689) para aquisição dos itens separadamente.
Abertura de processo para aquisição de Kits de higiene pessoal para reeducandos	0100 – Recurso Estadual	-	Após análise do grupo gestor está sendo realizada revisão das quantidades e valores envolvidos
Abertura do processo (2016/17010/000744) para aquisição de material para desenvolver o projeto Banho “de Sol e Cultura”	0100 – Recurso Estadual	O projeto está sendo desenvolvido na CPP-Palmas	A Diretoria de Administração e Finanças proferiu despacho informando que os decretos nº 5378 e 5486 prevêem medidas de contenção de gastos bem como, informando a falta de recursos orçamentários para suprir toda a demanda da pasta.
Abertura de processo (2016/17010/000758) para aquisição de Kits funerários para o Sistema Penitenciário	0100 – Recurso Estadual	-	Despacho do grupo GESTOR solicitando informações para embasar dentro da busca pelo equilíbrio financeiro e orçamentário do Estado o levantamento do nº de óbitos no Sistema Prisional e Socioeducativo bem como, o valor gasto pela Secretaria de Cidadania e Justiça com Kits funerários no período de 2014 a 2015
Abertura de processo (2016/17010/000936) para contratação de empresa especializada para produção da cartilha para PPL e	0100 – Recurso Estadual	-	Despacho da assessoria jurídica recomendando o arquivamento dos autos



Agentes do Sistema Penitenciário			nº 2016/170010/000937 e 2016/170010/000936, e abertura de novo processo juntando os objetos dos anteriores por se tratar de serviços que podem ser licitados conjuntamente e divididos por item.
Abertura de processo para contratação de empresa especializada para elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional	0100 – Recurso Estadual	-	Indeferimento do grupo GESTOR por falta de recurso orçamentário, fonte 0100/tesouro, no qual sugeriu o orçamento para o exercício de 2017.
Criação do Comitê Estadual de Educação nas Prisões do Estado do Tocantins	-	Comite criado e em funcionamento	-

### CONVÊNIOS E COOPERAÇÕES TÉCNICAS

A DPPEPSP possui 05 Termos de Convênios e 05 Termos de Cooperações Técnicas, conforme especifica o quadro abaixo:

Convênio/Cooperação
Convênio MJ/Nº.106/2012: Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP)
Convênio MJ/123/2014: Implantação da 1ª CEPEMA
Convênio MJ/Nº.124/2014: Aparelhamento de 02 Unidades Básicas de Saúde
Convênio MJ/Nº 822739/2015: Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP) – Fábricas de Artefatos de Concreto
Convênio MJ/Nº 822636/2015: Aparelhamento de 06 Unidades Básicas de Saúde
Cooperação SEDEPS/SEDUC nº 231/2014 (Processo nº 2014/27000/009850): Oferta de educação formal as PPL
Cooperação Técnica com a Empresa Borges e Costa LTDA
Cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins e ação Arquidiocesana de Palmas
Cooperação Técnica com a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins- SESAU
Cooperação técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins - IFTO



## **POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS**

### **POLÍTICAS**

#### **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Privação de Liberdade – PNAISP**

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Privação de Liberdade (PNAISP) é uma determinação do Ministério da Justiça que visa garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade do sistema prisional ao cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS).

A DPPEPSP faz parte do grupo condutor da política e em 2016 foram realizadas visitas técnicas para apresentação de proposta e adesão da PNAISP aos chefes das Unidades Prisionais, Secretários Municipais de Saúde e as equipes de saúde responsável pela área de abrangência das respectivas Unidades Prisionais. Foi realizado intercâmbio com os profissionais da CPP para a realização de cursos em outros Estados, realizadas cooperações técnicas e assessoria técnica com os municípios que mostraram interesse.

#### **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**

A Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional foi instituída a partir da portaria interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Esta política prevê que cada Estado da Federação constitua comissão para estudo e elaboração das políticas estaduais.

No dia 04 de agosto de 2015 foi realizada a reunião que instituiu a Comissão Estadual para elaboração da política do Estado do Tocantins. Porém, devido a dificuldade de disponibilização de profissional para articular e coordenar o trabalho de elaboração da política, optou-se pela contratação de serviços especializados para este fim. Foi aberto processo (nº 2016/17010/001047) para contratação de empresa especializada para a elaboração da Política Estadual de Atenção às Mulheres em situação de Privação de



Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Tocantins, no qual foi indeferido pelo grupo gestor sobre fundamento de contenção de gastos.



Figuras 1 e 2: Seminário de instituição da comissão de elaboração da “Política Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Tocantins”  
Fonte: DPPEP

### **Plano Estadual de Educação em Prisões**

Em 2011 a presidência da República, através do decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional brasileiro. A partir de então, os Ministérios da Justiça e da Educação passaram a orientar os Estados da Federação a elaborarem os seus Planos Estaduais de Educação nas Prisões, a partir de um documento prévio.

A primeira versão do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado Tocantins foi elaborada em 2012, entrando em vigor no biênio 2012/2013. No final de 2013 este documento deveria ter sido reavaliado e reelaborado para o biênio de 2014/2015, no entanto isto não ocorreu. Com vistas a reelaborar este plano, constituiu-se um grupo de trabalho com servidores das Secretarias de Educação, Juventude e Esportes e de Cidadania e Justiça que passaram a realizar o trabalho de elaboração que culminou com o encaminhamento do Plano atualizado aos Ministérios supracitados no início de 2016.

### **Plano Estadual de Trabalho e Renda da Pessoa Presa e Egressa do Sistema Penitenciário do Tocantins**

Desde o início de 2016 que a DPPEP, através da sua Gerência de Reintegração Social, Trabalho e Renda do Preso e do Egresso-GRSTRPE, vem trabalhando nas condições



de elaboração de normativas e regulamentos para a oferta de atividades de trabalho e renda no âmbito das unidades prisionais do Estado. Compreendendo o valor do trabalho como primordial no processo de recuperação e inserção social da pessoa presa e egressa, acredita-se que regulamentar as atividades de geração de renda para estas pessoas contribuirá para a efetividade do processo de “ressocialização”. O Plano Estadual de Trabalho e Renda da Pessoa Presa e Egressa do Sistema Penitenciário do Tocantins será elaborado por consultoria especializada contratada para este fim, sob a supervisão da GRSTRPE.

## PROGRAMAS

### **Exame Nacional do Ensino Médio– ENEM PPL/2016**

Instituído pela portaria do Ministério da Educação nº 807, de 18 de junho de 2010, o ENEM é um exame nacional de avaliação da qualidade do ensino médio do país que possibilita ao estudante a certificação em nível médio e o acesso ao ensino superior por intermédio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

O ENEM também é aplicado no âmbito das unidades prisionais, obtendo cada vez mais adesão por parte da população encarcerada do Sistema Penitenciário Brasileiro. No Tocantins o ENEM-PPL vem se consolidando como política pública de assistência educacional a população privada de liberdade. No ano de 2016, das 43 unidades do sistema, 28 foram incluídas para a realização da avaliação, atingindo um total de 348 reeducandos inscritos. Como previsto no edital do ENEM 2016, as provas ocorreram nos dias 13 e 14 de dezembro, havendo um aumento de dez unidades com adesão ao programa em relação ano passado, ocasionando assim, um aumento relativo de quase 200 reeducandos inscritos a mais do que o ano de 2015.

### **Exame Nacional de Certificação da Educação de Jovens e Adultos– ENCCEJA PPL/2016**

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) tem como finalidade avaliar e certificar as pessoas que não concluíram os



estudos, correspondentes a educação básica, na idade adequada. Após a criação do ENEM, o ENCCEJA passou a certificar apenas a escolarização em nível fundamental, sendo aplicada também no âmbito das unidades prisionais. Não houve edição do ENCCEJA em 2015 e 2016, o que implicou em sua não realização nas unidades prisionais do Estado do Tocantins. Aguardam-se orientações do MEC quanto à aplicação do exame em 2017.

### **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC PRISIONAL**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. No âmbito das unidades prisionais do Estado do Tocantins, o programa vem sendo desenvolvido em parceria com as seguintes instituições: Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação (AGETEC).

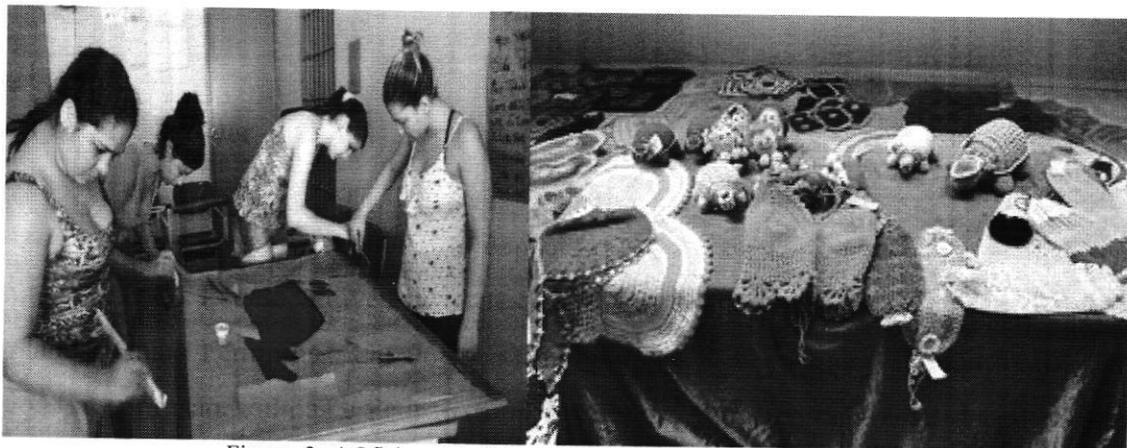
No ano de 2016 foi realizado um levantamento e encaminhadas às demandas para a oferta de cursos pelo PRONATEC para algumas unidades prisionais do Estado, no entanto a verba que seria destinada ao PRONATEC 2016 foi redirecionada a ampliação do PROCAP 2015 (Programa de Capacitação Permanente) Artefatos de concretos nas Unidades: Casa de Prisão Provisória de Araguaína- 60 vagas; Casa de Prisão Provisória de Gurupí- 60 vagas; Casa de Prisão Provisória de Paraíso do Tocantins- 60 vagas; Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional- 60 vagas, no qual aguarda parecer de aprovação da suplementação dos recursos pelo Ministério da Justiça.



## PROJETOS

### Arte que Faz Crescer

Este projeto é voltado à capacitação profissional das mulheres do Sistema Penitenciário do Estado através do Artesanato. Em 2015 o projeto percorreu as 07 (sete) Unidades Penais Femininas, em 06 (seis) municípios: Babaçulândia, Figueirópolis, Guaraí, Lagoa da Confusão, Palmas e Pedro Afonso, beneficiando cerca de 100 reeducandas, através de 12 tipos diferentes de oficinas: 01-Bonecas e chaveiro de fuxicos e imãs, 02-Pintura em madeira, 03- Decoupage, 04-Petchwork, 05- Flores de garrafas *pet*, 06- Bolsa em tecido e retalho, 07- Peso de porta, porta pano de prato, descanso de panela, 08- Reciclagem, 09- Bonecas e tic-tac, 10-Patch appliqué, 11- Boneca de pano e 12-Customização em camisetas.



Figuras 3 e4: Oficina e Produtos artesanais do Projeto "Arte que faz crescer"  
Fonte: Dados do Projeto

Em 2016 foi estabelecido um ponto fixo para exposição e venda dos produtos artesanais produzidos no projeto no Hall de entrada da Secretaria de Cidadania e Justiça. Durante o mês de março, por ocasião das comemorações do mês da mulher, o projeto ficou em exposição em um espaço de loja no segundo piso do Palmas Shopping, ganhou um selo com a marca *LIBERT'ARTE* e adquiriu visibilidade e reconhecimento da sociedade Palmense. Durante todo o mês de junho os produtos do projeto ficaram em exposição no aeroporto de Palmas, tornando-se conhecidos por pessoas de diversas regiões do país.



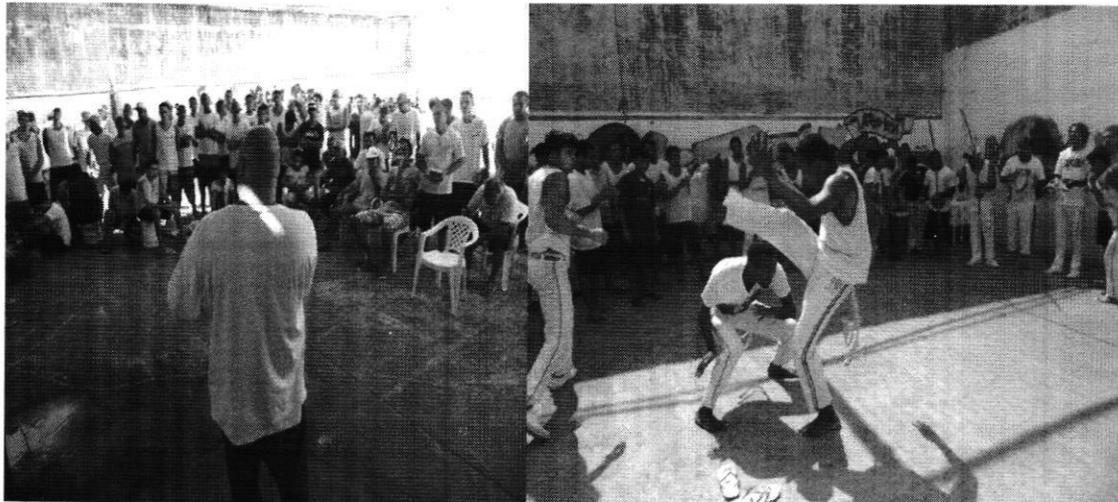
Figuras 5 e6: Espaços de exposição do Projeto “Arte que faz crescer” no Palmas Shopping e no Aeroporto de Palmas  
Fonte: Dados do Projeto

### **Banho de Sol e Cultura**

Este projeto tem por finalidade promover a humanização da pena de prisão e a socialização dos reeducandos do Sistema Penitenciário do Estado por intermédio de atividades esportivas e culturais a serem desenvolvidas, preferencialmente, nos ambientes internos das unidades prisionais tais como nas celas, nas galerias e no banho de sol.

Em 2015 foi desenvolvida a primeira fase do projeto que consistia em implantá-lo no âmbito da Casa de Prisão Provisória de Palmas, onde ficou instituído um grupo de capoeira e de apoio às outras atividades do projeto. Além das aulas e treinos realizados semanalmente nos dois pavilhões da Casa de Prisão, foram realizadas dois momentos de culminância de projetos nos solários dos pavilhões, beneficiando um público estimado de 400 reeducandos.

O projeto teve continuidade no ano de 2016 abarcando outras atividades como os jogos de futebol e os eventos de integração promovidos em parceria com instituições que prestam assistência religiosa e/ou social aos internos. No dia 19 de novembro de 2016 houve um evento na CPP- Palmas, no pavilhão A, no qual 25 alunos receberam cordas e certificados e outros foram batizados com início do evento às 10h00min e encerramento às 16h00min.



Figuras 7 e 8: Testemunho do Rapper Cela e evento de troca de cordas de Capoeira do Projeto “Banho de Sol e Cultura” - Fonte: Dados do Projeto

### **Minha Vida é uma Arte**

Este projeto tem por finalidade promover a socialização e melhorar a capacidade expressiva (oral, corporal e escrita) das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Penitenciário do Tocantins na realização de oficinas de variadas linguagens artísticas e do estímulo a apresentação/publicação de resultados (orais, visuais e escritos). Em 2015 foram realizadas oficinas de teatro na Unidade Prisional Feminina de Palmas e na Unidade de Regime Masculino de Palmas, beneficiando cerca de 40 pessoas privadas de liberdade. O projeto foi encerrado e não houve atividades realizadas a partir dos meses iniciais de 2016.

### **“Linha e Arte: Um recomeço”**

Resultado de um Acordo de Cooperação Técnica, assinado em fevereiro deste ano entre o Governo do Estado, por meio da Seciju, a Ação Social Arquidiocesana de Palmas e a DPE-TO, o projeto “Linha e Arte: Um Recomeço” está sob os cuidados da Diretoria de Políticas e Projetos de Educação para o Sistema Prisional da secretaria, e conta com equipamentos e insumos para o desempenho das atividades como as máquinas de costura. O local da unidade em que o curso ocorrerá foi reformado para que as mulheres privadas de liberdade possam aprender com mais conforto. Ao final da capacitação profissionalizante as mulheres também receberão um certificado de conclusão.



Após a inauguração do espaço do projeto “Linha e Arte: Um Recomeço”, na Unidade Prisional Feminina (UPF) de Palmas, em agosto deste ano, cerca de 40 reeducandas têm se profissionalizado por meio da oferta de oficinas permanentes de corte e costura, desenvolvidas na própria unidade.

## **OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

### **Diagnóstico, acompanhamento e assessoramento na execução das políticas, programas e projetos de assistências nas unidades do Sistema Penitenciário.**

Atendimento de demandas das unidades quanto a: orientações gerais, elaboração de projetos, assistência material, termos de cooperação, visitas técnicas, relatórios, encaminhamento de presos com agravos mentais para tratamento, acompanhamento/fiscalização de presos que desenvolvem estudos ou trabalho externos, auxílio funeral, escolarização, profissionalização, qualificação profissional e reinserção social, entre outras.

### **Realização de estudos, pesquisas e proposições acerca do sistema penitenciário do Tocantins e das Assistências prestadas as PPL e egressas.**

Realização de demandas por formação e planejamento interno quanto a: estudo de relatórios e documentos normativos do DEPEN sobre o encarceramento e políticas de gestão do sistema penitenciário, levantamento do perfil socioeconômico das PPL do Tocantins, diagnóstico situacional das assistências prestadas às PPL do Tocantins, elaboração do Relatório do Sistema Penitenciário Estadual do Tocantins (fase: coleta de informações), ciclo de debates do Sistema Penitenciário do Tocantins (fase: elaboração da proposta), diagnóstico situacional das mulheres encarceradas do Tocantins, diagnóstico situacional do potencial de produção do Presídio Agrícola de Cariri, levantamento das condições de trabalho e intervenções junto as PPL do Tocantins (fase: coleta de informações, busca de parcerias, firmando termos de cooperação), levantamento da rede de instituições, tanto governamentais



quanto não governamentais, que prestam apoio as PPL e seus familiares (fase: contatos e credenciamento), entre outras.

### **Elaboração e proposição de projetos e ações voltadas à atenção às PPL e participação em eventos de representação.**

Avaliação e reelaboração dos projetos: 1- A arte que faz crescer (produção artesanal, exposição e comercialização itinerante), 2- Banho de Sol e Cultura (capoeira, esporte e lazer), e 4- Paisagismo e Produção Vegetal (em fase de elaboração da proposta inicial) (Hortas, viveiro de mudas, paisagismo urbano, recuperação de áreas degradadas). Participação na composição de conselhos e fóruns de debates da temática prisional (fase: em andamento, já possuindo representação no Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos e constituindo o Comitê Estadual de Educação em Prisões do Tocantins-COMEPE).

Participação na elaboração dos Planos Municipais e Estadual de Educação, garantindo metas e estratégias voltadas à assistência educacional as PPL, participação em eventos de promoção e defesa dos direitos das PPL: I Mostra Laboral do Sistema Penitenciário Brasileiro (Florianópolis-SC), XIV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Goiânia-GO) e I Congresso Missionário Para Reeducação do Tocantins (Palmas-TO), Conferência Internacional de Educação de Adultos CONFINTEA Brasil +6, entre outros.

### **Encontro para formação continuada em Educação Prisional e Socioeducativo**

Uma realização do governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), em parceria com a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), do dia 29/11 ao dia 02/12/2016, teve como objetivo ofertar a formação continuada para os professores e demais profissionais da educação que atuam nas unidades prisionais e socioeducativas. São agentes penitenciários, socioeducadores e técnicos das Diretorias Regionais de Educação (DRE's) discutindo acerca das temáticas relacionadas ao contexto da educação em prisões e unidades socioeducativas para o fortalecimento da



prática pedagógica, garantia de qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a ressocialização dos privados de liberdade e socioeducandos.

### **Fórum de Educação de Jovens e Adultos**

Constituído em 2000, o Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Tocantins (FPEJA-TO) é o primeiro fórum da Região Norte constituído no âmbito do movimento Fóruns EJA. O FPEJA-TO é resultado das ações em EJA que vinham sendo desenvolvidas no Estado do Tocantins desde 1990, sendo um espaço de âmbito estadual para articulação, socialização, intervenção na realidade da educação de jovens e adultos do estado.

O Fórum agrega educadores, professores, entidades dos poderes públicos, universidades, ONGs, movimentos sociais, sindicais e entidades empresariais interessados na articulação das práticas em Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Estado do Tocantins. Teve início no dia, 18, o 12º Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Tocantins (FPEJA-TO). Realizado, durante todo o dia, no auditório da reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) o evento contou com a participação da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (SECIJU), que também é membro do Fórum, por meio da Diretoria de Políticas e Projetos de Educação do Sistema Prisional.

### **PROBLEMAS E DESAFIOS**

- ✓ Incoerência na nomenclatura atribuída à Diretoria (Diretoria de Políticas e Projetos de Educação do Sistema Prisional), uma vez que a atuação da mesma não se restringe aos programas e projetos de educação;
- ✓ Déficit de servidores da área técnica na Diretoria;
- ✓ Falta de diálogo entre os setores de gestão do Sistema Penitenciário para a execução de atividades fins comuns;
- ✓ Morosidade no atendimento as demandas encaminhadas pela diretoria para aquisição de materiais e serviços;
- ✓ Falta e inadequação de espaço físico nas unidades prisionais para o desenvolvimento das ações de responsabilidade da Diretoria;



- ✓ Falta de recursos: humanos, material, financeiro, transporte, equipamentos e apoio que garantam a sustentabilidade, melhoria e ampliação das ações da DAPE.

## **SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PRISIONAL**

Dispõe sobre o relatório anual de gestão contendo todas as ações desenvolvidas pela Superintendência do Sistema Penitenciário e Prisional da Secretaria de Cidadania e Justiça, das atividades desempenhadas no exercício de 2016.

### **RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO 2016**

#### **Diretoria de Administração e Infraestrutura Penitenciária e Prisional**

Compete a Diretoria do Departamento, todas as demandas administrativas, de gestão e judiciais, pertinentes a segurança das 42 (quarenta e dois) unidades prisionais, tais como, Cadeias Públicas, Casas de Prisão Provisória, Unidades de Regime Semiaberto e Unidades Prisionais Femininas, em diversos campos, Fixar as diretrizes gerais de atuação; promover reunião juntamente com a Diretoria de Administração Penitenciária e Prisional e chefias das unidades prisionais do Estado, com a finalidade de informar sobre todos os fatos e atividades desenvolvidas; Baixar Portarias, Ordens de Serviços e Instruções Disciplinares; Elaborar e encaminhar a Secretária relatório anual das atividades desenvolvidas no sistema prisional, bem como os impactos causados; Construção ampliação e reforma das unidades prisionais; Atuar diretamente em convênios que visem à manutenção dos núcleos prisionais do Estado; Desenvolver ações e projetos em prol do sistema; Exercer outras atribuições previstas em lei ou regulamento; Destacando as seguintes atividades realizadas durante o ano de 2016:



- Procedimento Visando a Aquisição de munição e equipamentos menos letais;
- Aquisição de tornozeleiras eletrônicas;
- Procedimento para aquisição de armamento;
- Procedimento para aquisição algemas e cadeados;
- Aquisição de cofre para guarda de armamentos e munições;
- Procedimento para substituição da caixa d'água da Casa de Prisão Provisória de Araguaína;
- Disponibilização de Suprimento de Fundos;
- Fiscalização dos contratos pertinentes ao Sistema Penitenciário;
- Disponibilização de diárias aos servidores;
- Gestões para implantação do GOIÁSPEN;
- Banco de dados atualizado da população carcerária;
- Disponibilização de viaturas;
- Finalização da reforma da Unidade de Regime semiaberto de Palmas;
- Abertura da Unidade de Regime Semiaberto Feminina de Palmas;
- Abertura da Unidade de Monitoramento Eletrônico de Palmas e Região Metropolitana;
- Desativação de Unidades Prisionais;
- Projetos de reformas do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã em Cariri - To, laborando em parceria com o Setor de Planejamento;
- Início das Obras no complexo Penitenciário Serra do Carmo;
- Elaboração e revisão de edital e termo de referência visando a operacionalização de unidades do sistema penitenciário e prisional.

### **Administração e Infraestrutura penitenciária e prisional**

Gerência que administra todas as unidades prisionais do Estado e Tem como atribuição planejar, programar, organizar, coordenar, executar e controlar todas as atividades relacionadas com a administração penitenciária; Realizar estudos e levantamentos sobre a situação operacional do órgão, com o objetivo de conhecer a capacidade técnica e sugerir modificações julgadas necessárias para o seu melhor funcionamento; Destacando, as seguintes



atividades desempenhadas no corrente ano:

- Fornecimento de cota de combustível;
- Lotação e remoção de servidores;
- Disponibilização de materiais de consumo e itens de limpeza.
- Elaboração de pareceres quanto a atos administrativos, portarias, resoluções, convênios, acordos e ajustes que envolvam o Sistema Penitenciário e Prisional do Estado.
- Realização de revistas e operações visando assegurar a fleuma dentro das unidades prisionais.
- Transporte de presos para comparecimento em audiências de instrução e julgamento, tribunal do júri, realização de exame e cirurgias, dentre outros, em parceria com a Gerência de Inclusão Classificação e Remoção.
- Distribuição e reposição de equipamentos para as unidades prisionais tais como; detectores de metais, coletes, munições, algemas, cadeados, armamentos e colchões, dentre outros.

### **Inclusão, Classificação e Remoção**

Confecção de ordem de missão para recambiamento/transporte de presos (as) para comparecimento em audiências de instrução e julgamento, tribunal do júri, realização de exame e cirurgias, dentre outros, com o fornecimento de cota de combustível para abastecimento de viatura; Atendimento de pedidos de transferência de presos para unidades prisionais perto da localidade onde residem seus familiares auxilia na confecção de portarias e operações de segurança dentro das unidades penais.

Encaminhamento, para Gerencia de Inteligência Prisional, de relações de presos a serem removidos para dentro e fora do Estado

### **Assistência Jurídica**

A Gerência da Assistência Judiciária – GAJ tem por atribuição o assessoramento jurídico à Diretoria de Administração e Infraestrutura Penitenciária e Prisional - DAIPP, bem como suas respectivas gerências; a manifestação e elaboração de pareceres quanto a atos administrativos, portarias, resoluções, convênios, acordos e ajustes que envolvam o Sistema



Penitenciário e Prisional do Estado, em que a Secretaria de Estado de Defesa e Proteção Social - SEDEPS faça parte, representando o Estado do Tocantins; a emissão de pareceres e de informações em processos e ações em trâmite que envolva o Sistema Penitenciário e Prisional do Estado; o acompanhamento, junto a outros órgãos do Estado, de questões jurídicas de interesse da DAIPP; elaboração de minutas de atos administrativos de interesse da DAIPP e SEDEPS, bem como o desempenho de outras atividades jurídicas correlatas.

Diversas demandas foram atendidas no decorrer no ano, oriundas da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Procuradoria Geral do Estado, Centro de Direitos Humanos, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Corregedorias da Polícia, dentre outros órgãos e entidades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, solicitando providências quanto a algumas denúncias, informações sobre ações tomadas pela DAIPP, subsídios solicitados pela Procuradoria Geral do Estado em ações que envolvam o Sistema Penitenciário e Prisional do Estado, recomendações da Defensoria Pública, solicitações do Tribunal de Justiça, respostas a Ações Cíveis Públicas e Inquéritos Cíveis instaurados, visando sempre à melhor elucidação das demandas e um Sistema Penitenciário e Prisional mais eficiente.

Foram elaborados Acordos de Cooperação Técnica com objetivo de capacitar profissionalmente e garantir renda às pessoas privadas de liberdade, tanto na Unidade Prisional Feminina de Palmas quanto na Casa de Prisão Provisória de Palmas, sendo dado início a execução em janeiro de 2016, com estudos para que sejam ampliados às demais unidades prisionais do Estado.

Por fim, insta mencionar que encontra-se em andamento a elaboração do Regimento Interno do Sistema Penitenciário e Prisional do Estado do Tocantins, sob coordenação da Comissão Interna Especial designada no Diário Oficial nº 4.466 de 28 de setembro de 2015, o qual é de suma importância para disciplinar o funcionamento das unidades prisionais, as atribuições da Diretoria, Gerencias, Chefes das unidades e demais servidores do Sistema Penitenciário e Prisional, como também os direitos e deveres dos ergastulados.



## **Inteligência Prisional**

Operações e atividades visando produzir e salvaguardar conhecimentos necessários à decisão, planejamento estratégico e à execução de uma política penitenciária e, também, para prevenir, obstruir, detectar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza, dentro do sistema penitenciárias e atentatórios a ordem pública, utilizando o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera do composto prisional.

A respeito das ações desempenhadas pela Superintendência do Sistema Penitenciário e Prisional e pela Diretoria de Administração e Infraestrutura Penitenciária e Prisional, destaco o que segue.

Em referência a obras em unidades prisionais, houve a reforma e ampliação da Cadeia de Colinas através de parceria com o Poder Judiciário, a conclusão da Cadeia Pública de Talismã foi concluída os projetos e estão tramitando os procedimentos licitatório para, reforma do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã em Cariri, reforma da Cadeia Pública de Taguatinga, reforma da Unidade de Regime Semiaberto de Palmas.

No mesmo sentido, foi finalizado os tramites licitatório com contratação da empresa vencedora e assinada à ordem de serviço para a construção da Unidade Prisional no Complexo Serra do Carmo em Aparecida do Rio Negro. Para viabilizar o andamento desta obra foi realizado procedimento para contratação de empresa especializada em sondagem a percussão em solo, medida imprescindível para viabilizar a construção da Unidade Prisional no Complexo Serra do Carmo, vincula ao Sistema Penitenciário e Prisional do Estado do Tocantins, a ser construída através de parceria com o Governo Federal, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça.

Considerando ainda as obras, foram ampliados os sistemas de captação de dejetos da Cadeia Pública de Natividade, Cadeia Publica de Miracema, e Unidade Feminina de Babaçulândia, sendo que em relação a ultima unidade listada também foram executadas adequações no da cobertura do banho de sol da unidade.

Aquisição e instalação de três reservatórios de água cilíndricos em chapa de aço tipo taça, atendendo a demanda da Casa de Prisão Provisória de Araguaina, da Casa de Prisão Provisória de Gurupi e da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional.



Através de parceria como Departamento Penitenciário Nacional, foram doados ao Sistema Penitenciário do Tocantins, os seguintes equipamentos de inspeção eletrônica: 10 escâner de inspeção por raios-X; equipamentos detectores de metais, tipo pórtico 21; detectores de metais, tipo manual (raquetes) 94 e detectores de metais para inspeção, tipo banqueta 40, os quais foram adquiridos pelo Departamento Penitenciário Nacional por meio do Pregão Eletrônico no 13201/2014, Processo no 08016.000710/2014-86, nos termos do compromisso firmado pela União e o Estado no Acordo de Cooperação No 36/2015/GAB DEPEN/DEPEN.

Considerando a aquisição de armamento, foram adquiridas por meio de licitação 30 espingardas pump calibre 12 por meio de procedimento licitatório, outrossim esta em andamento os tramites para contratação da empresa para aquisição de 20.000 munições calibre .40. Quanto aos produtos de tecnologia menos letais, foram adquiridos equipamento e munições na ordem de 859.998,79 reais, incluindo munições, espagedores, granadas entre outros.

Foi confeccionado material gráfico, incluindo banners e réguas para identificação por foto, para todas as unidades prisionais do estado.

Ademais, houve a aquisição de 500 (quinhentas) pares de algemas de pulso, 100 (cem) pares de algemas de tornozelo e 500 (quinhentas) algemas descartáveis e 600 cadeados que serão distribuídas para as unidades prisionais visando garantir a segurança dos estabelecimentos penal.

Acerca dos kits de higiene pessoal masculino (pasta dental, escova de dente, prestobarba, sabonete e absorvente), além dos que já foram distribuídos para atender as unidades prisionais no decorrer do ano, destaco que esta sendo executado um procedimento de baixa dos itens da Ata de Registro de Preços, com vistas à demanda das unidades prisionais do Estado para o ano de 2017.

Em continuidade a assistência aos custodiados foram distribuídos 650 colchões para as unidades e esta em execução os procedimento pra aquisição de 3.500 colchões, que é de suma importância para o bom funcionamento do Sistema Penitenciário e Prisional do Estado do Tocantins, visto que o mesmo atenderá as necessidades unidades prisionais.



A conclusão da segunda etapa do concurso para provimento dos Cargos de Técnico em Defesa Social do quadro da Secretaria de Cidadania e Justiça, realizado pela COPESE e com o acompanhamento da Gerencia da Escola Penitenciária.

Palmas - TO, 23 de dezembro de 2016.

Darlan Rodrigues Correa  
**Superintendente do Sistema  
Penitenciário e Prisional**



**Diretoria de Administração e Finanças - Gestão e Manutenção da Secretaria de Cidadania e Justiça**

Tendo em vista a solicitação contida no supracitado Memorando, encaminhamos, conforme dados abaixo, as principais ações realizada por essa Diretoria e suas respectivas gerências:

- Apoio e controle das rotinas administrativas desta Secretaria, em cooperação com as demais diretorias, objetivando a racionalização dos recursos e controle de custos dos programas e atividades do órgão.
  - Coordenação e execução das ações relativas à administração de material: compra, recebimento, guarda e distribuição;
  - Programação, orientação, execução e controle das atividades relacionadas com aquisições / contratações de bens, serviços, locações e outros;
  - Formalização dos processos licitatórios e demais processos de compra, para atender as necessidades desta Secretaria e de suas unidades vinculadas;
  - Execução e coordenação das atividades de administração e execução orçamentária, financeira e contábil;
  - Formalização e gerenciamento dos contratos de bens, serviços e locações;
  - Controle e administração de despesas, empenhos e ordens de pagamento no âmbito desta Secretaria;
  - Organização, execução e controle das ações relacionadas aos direitos, deveres, ingresso, movimentação e lotação dos servidores em exercício nesta Secretaria;
  - Coordenação e controle do abastecimento da frota de veículos oficiais desta Secretaria;
- Manutenção e pequenos reparos na infraestrutura predial do órgão.



## 5.7 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Os convênios foram firmados em estrita observância às normas pertinentes, tanto estaduais, quanto federais, quais sejam a Lei Federal nº 8.666/93, ao Decreto Federal nº. 6.170/07, a Portaria Interministerial nº. 507/11 MP/MF/CGU, a IN STN nº 01/97, a IN TCE nº 04/04 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias Estadual.

Quanto à aplicação dos recursos e à prestação de contas tem-se o seguinte:

### I. Convênios firmados em 2016?

- Convênio nº 105/2016 – Siconv nº 829684/2016
- Objeto: Qualificar e estruturar Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Concedente: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Valor do repasse: R\$ 176.217,60
- Contrapartida: R\$ 10.611,92
- Valor Total: R\$ 186.829,52
- **Obs.:** Termo de Convênio assinado, porém, ainda não foi publicado do Diário Oficial da União.

### II. Convênios concedidos em 2016?

11 convênios concedidos em 2015 e em execução em 2016 – 1809710.  
Emenda concedida e executada em 2016: 01 – 180910.

### III. Convênios tiveram recursos devidamente aplicados e atingiu o objetivo proposto?

Sim. Em 2016 os recursos estão sendo devidamente aplicados de acordo com o objetivo descrito no Plano de trabalho.

### IV. Convênios em fase de aplicação dos recursos e em execução de acordo o pactuado?

Sim. Existem 15 convênios Federais em execução de acordo o pactuado e 01 contrato de repasse com atraso na execução.

Dos convênios federais, 04 estão na UG 180910. Os demais estão na UG 170100.  
Convênios concedidos – UG 180910: 11 (onze).

#### 1. Convênio nº Siconv 776498/2012 –

- Objeto: Dotar os Conselhos Municipais e Estadual de Políticas sobre Drogas.
- Valor total: R\$ 130.000,00;
- Contrapartida: R\$ 13.000,00;
- Valor do repasse: R\$ 117.000,00
- Concedente: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – MJC.

#### 2. Convênio nº Siconv 788378/2013

- Objeto: Implantação de núcleo de atenção ao dependente químico e às famílias.
- Valor total: R\$ 445.000,00;
- Contrapartida: R\$ 45.000,00;
- Valor do repasse: R\$ 400.000,00
- Concedente: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – MJC.



- 3. Convênio nº Siconv 802080/2014**
  - Objeto: Estruturação do núcleo de atenção ao dependente químico e às famílias
  - Valor total: R\$ 111.200,00;
  - Contrapartida: R\$ 11.200,00;
  - Valor do repasse: R\$ 100.000,00
  - Concedente: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – MJC.
- 4. Convênio nº Siconv 806276/2014 -**
  - Objeto: Estruturação das ações da Política Sobre Drogas
  - Valor total: R\$ 111.000,00;
  - Contrapartida: R\$ 11.000,00;
  - Valor do repasse: R\$ 100.000,00
  - Concedente: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – MJC.
- 5. Convênio nº Siconv 774365/2012**
  - Objeto: criação de uma casa abrigo para acolhimento da mulher na cidade de Araguaina/TO
  - Valor total: R\$ 146.618,35;
  - Contrapartida: R\$ 13.716,99;
  - Valor do repasse: R\$ 123.452,87
  - Concedente: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – MJC.
- 6. Convênio nº Siconv 813234/2014**
  - Objeto: 1ª Central Integrada de Alternativas Penais no Município de Palmas e Região Metropolitana.
  - Valor total: R\$ 650.234,90;
  - Contrapartida: R\$ 70.555,56;
  - Valor do repasse: R\$ 579.679,34
  - Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.
- 7. Convênio nº Siconv 813238/2014**
  - Objeto: Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde.
  - Valor total: R\$ 137.500,00;
  - Contrapartida: R\$ 12.500,00;
  - Valor do repasse: R\$ 125.000,00
  - Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.
- 8. Convênio nº Siconv 774463/2012 – 106/2012**
  - Objeto: implantação do projeto de capacitação profissional e implantação de oficinas permanentes (PROCAP) no Estado Do Tocantins - PROCAP I
  - Valor total: R\$ 330.687,63;
  - Contrapartida: R\$ 27.569,46;
  - Valor do repasse: R\$ 303.118,17
  - Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.
- 9. Convênio nº Siconv 822739/2015**
  - Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP II).
  - Valor total: R\$ 563.406,24;
  - Contrapartida: R\$ 28.152,60;
  - Valor do repasse: R\$ 535.253,64
  - Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.
- 10. Convênio nº Siconv 822636/2015 (140-2015)**
  - Objeto: Projeto de Aparelhamento de 06 Unidades Básicas de Saúde no Estado de Tocantins.
  - Valor total: R\$ 229.930,78
  - Contrapartida: R\$ 15.000,00
  - Valor do repasse: R\$ 214.930,78



- Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.

**11. Convênio nº Siconv 813246/2014**

- Objeto: Implantação do Centro de Monitoração Eletrônica da População Carcerária Vulnerável, Cumpridores de Medidas Cautelares Diversas da Prisão e Presos Provisórios em Palmas/TO.
- Valor total: R\$ 800.000,00
- Contrapartida: R\$ 80.000,00;
- Valor do repasse: R\$ 720.000,00
- Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.

**12. Convênio nº Siconv 774421/2012**

- Objeto: Reaparelhamento da Escola Penitenciária do Tocantins.
- Valor total: R\$ 109.845,97
- Contrapartida: R\$ 5.537,36
- Valor do repasse: R\$ 104.308,61
- Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.

**13. Convênio nº Siconv 703800/2009 - CONTRATO DE REPASSE**

- Objeto: Construção de uma Penitenciária para população prisional masculina, no Município de Palmas no Estado do Tocantins.
- Valor total: R\$ 23.067.520,39
- Contrapartida: R\$ 230.675,20
- Valor do repasse: R\$ 22.836.845,19
- Concedente: Departamento Penitenciário Nacional – MJC.

**V. Convênio com prestação de contas reprovadas em 2016?**

Todas as prestações de contas de convênios federais e concedidos que foram encaminhadas em 2016 foram aprovadas.

**VI. Houve tomada de contas especial em 2016?**

Não foi aberta TCE para nenhum dos tipos de convênios.

## **5.8 DISFUNÇÕES EXISTENTES**

- Em relação às ações descentralizadas no interior do Estado principalmente por parte dos Núcleos de Defesa do Consumidor, Centros de Referência da Mulher e os Centros de Internação dos Adolescentes, dificuldades encontradas para a locação de imóveis adequados, pois a grande maioria não possui a documentação mínima exigida para a contratação junto aos Órgãos Públicos.
- Em referência a execução de várias ações, tivemos dificuldades quanto à instrumentalização de processos para a execução das mesmas devido à demora nas licitações, uma vez que muitas foram desertas ou infrutíferas, causando desta forma demora considerável para que as ações pudessem ser realizadas em tempo hábil. Ainda em relação aos processos,



não ocorreram capacitações e treinamentos no âmbito de processos administrativos dificultando a execução de muitas atividades.

- Demora na liberação de dados para prestação de contas junto a Secretaria da Fazenda.

## 5.9 DIFICULDADES ENCONTRADAS

De extrema complicação foi à demora nos andamentos dos processos para que pudessem ser dadas as autorizações para o início das ações, fator este que caracterizaria no alcance de todos os objetivos traçados e planejados para o exercício de 2016. Todos os esforços foram feitos para o início efetivo da obra de construção da Unidade Prisional de Aparecida do Rio Negro. Algo diferente ocorreu e mesmo após a liberação da autorização de início de obras junto a Caixa Econômica Federal, e a emissão de início de obras, a construtora não iniciou efetivamente a construção, prejudicando o cronograma inicial da obra.

Lembramos também que estas anomalias demonstram claramente que os recursos destinados para a Secretaria de Cidadania e Justiça são insuficientes. Uma vez que, qualquer acontecimento novo, tanto no Sistema Penitenciário, como na área da Criança e Adolescente necessita de um esforço para dar continuidade ao desenvolvimento das atividades de manutenção e custeio das Unidades Prisionais, do Centro de Atendimento Socioeducativo em Palmas-TO e nos Centros de Internação Provisória de Gurupi, Araguaína e Santa Fé do Araguaia, bem como da Unidade de Semi-liberdade da Criança e do Adolescente em Palmas, Araguaína e Gurupi.

A ausência de transporte para realizar atividades nas unidades mais distantes dificultou alguns resultados, contudo não comprometeu a execução das metas estabelecidas.

Por fim, atenta-se que foi realizada a segunda etapa do concurso do quadro efetivo da Secretaria de Cidadania e Justiça, devendo a posse ser iniciada no ano de 2017, a fim de melhor atender o público carcerário e socioeducativo, com equipes capacitadas, serviços continuados e equipes técnicas completas, permitindo a finalidade maior da remoção social, que é a ressocialização.



## 5.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser verificado pelas informações contidas no relatório integrante desta prestação de contas, resta evidente o trabalho criativo para alcançar eficiência no desenvolvimento das atividades e ações que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Justiça, pois vários recursos destinados a manutenção e custeio da área meio foram apenas em detrimento das urgentes necessidades de remanejamento para a operacionalização do Sistema Penitenciário, prejudicando assim, ainda que parcialmente a execução de importantes ações que estavam anteriormente planejadas orçamentariamente.

Foram renovados importantes convênios com Órgãos Federais com o intuito de complementar as ações dentro da Secretaria, mesmo com a prevalência da crise nacional.

Buscou-se acelerar a execução dos convênios em andamento já existentes, ações estas que possibilitaram o encerramento de procedimentos licitatórios como o da construção da Unidade Prisional Masculina Padre Luso com capacidade para 603 vagas a ser edificada no município de Aparecida do Rio Negro-TO, com homologação e adjudicação já realizadas, restando apenas a análise da Caixa Econômica Federal para o aval do início das obras.

Também foram iniciadas tratativas para a captação de recursos junto ao Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ, cujo objetivo é a construção de uma nova unidade prisional no município de Gurupi-TO (também para 603 vagas), ficando acertado por parte do DEPEN que tais recursos serão empenhados e liberados no exercício de 2017, o valor de cerca de 44 milhões foi liberado para a Secretaria de Cidadania e Justiça, junto à criação do Fundo Penitenciário Estadual, com Unidade Gestora própria, regras de uso e de aplicação determinadas em Lei.

Quanto a Casa de Prisão Provisória de Palmas (CPP) e a Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota - UTPBG, em Araguaína-TO, estas receberam a continuidade das ações de terceirização por parte da Secretaria, alcançando excelentes resultados junto a população carcerária. Os recursos alocados alcançaram suas metas, o que justifica a continuidade da parceria em 2017. A empresa fica responsável pelos serviços técnicos, assistenciais, segurança interna, identificação, prontuário, movimentações, serviços administrativos, alimentação e serviços gerais. O Estado, por sua vez, é responsável pela direção geral, a escolta, a vigilância externa, a chefia de segurança e a chefia de cada plantão. Foram oferecidas no período quase 3.500.000 de refeições, bem como a realização de diversas atividades laborais.

Diante as várias manifestações do Poder Judiciário, foram iniciados em 2016 os trâmites administrativos para a Construção do CASE no município de Araguaína-TO, processo este em fase de execução, onde encontra-se atualmente em construção.

Através da Secretaria Nacional do Consumidor/MJ foi renovado um convênio para reestruturação dos Núcleos Regionais do PROCON/TO do Estado do Tocantins, sendo contempladas as Unidades nos municípios de Araguatins, Araguaína, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas-Taquaralto, Porto Nacional e Tocantinópolis. Tal convênio propiciará a viabilização da implementação e da execução da política estadual de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor, por meio da articulação das ações de entidades e órgãos públicos estaduais e municipais que desempenham atividades relacionadas à defesa do consumidor e a ampliação de 10% da execução das atividades de recebimento, análise e encaminhamento de consultas, reclamações, denúncias e recomendações concernentes às relações de consumo.



Outra importante ação foi desenvolvida através das Unidades Móveis que percorreram o Estado do Tocantins tendo prestando assistências e proporcionando o acesso à rede de proteção das mulheres, visando dar maior assistência às mulheres em situação de violência e risco tendo seu convênio postergado por mais seis meses.

De acordo com as informações acima elencadas, e através dos relatórios descritivos apensados, é possível perceber que a Secretaria de Cidadania e Justiça vem trabalhando incessantemente no intuito de valorizar a cidadania e principalmente humanizar a pena, trazendo aos apenados um tratamento digno com diversas oportunidades de qualificação profissional, educação e serviços de excelência.

Desta forma, encerramos este relatório anual de Gestão, na certeza do cumprimento das obrigações e com a convicção de que o realizado está dentro da legalidade permitida pelas normas existentes e em consonância com a ética exigida.

Atenciosamente,

*Ana Maria Guedes Vanderlei*  
Ana Maria Guedes Vanderlei  
Diretora de Políticas para as Mulheres

*Naysângela Gomes Tenório*  
Naysângela Gomes Tenório  
Diretora de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

*Wisley Oliveira de Sousa*  
Wisley Oliveira de Sousa  
Diretor de Administração e Finanças

*Nelito Vieira Cavalcante*  
Nelito Vieira Cavalcante  
Superintendente de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON

*Maria Vanir Ilídio*  
Maria Vanir Ilídio  
Diretoria de Direitos Humanos

*Valcelir Borges da Silva*  
Valcelir Borges da Silva  
Diretor de Políticas e Projetos de Educação do Sistema Prisional

*Cristovão Lopes da Silva*  
Cristovão Lopes da Silva  
Diretor de Infraestrutura Penitenciária e Prisional

*Darlan Rodrigues Correa*  
Darlan Rodrigues Correa  
Superintendente do Sistema Penitenciário Prisional

*Gleidy Braga Ribeiro*  
Gleidy Braga Ribeiro  
Secretária

*Hélio Pereira Marques*  
Hélio Pereira Marques  
Subsecretário